

Disputas locais este ano põem à prova as alianças para 2010

Juntos na sustentação ao governo Lula, o PT e o PMDB vão às eleições municipais em palanques diferentes em 21 das 26 capitais onde haverá eleições para prefeito. Assim

como aliados nacionais podem tornar-se adversários locais, postura inversa é adotada em outras capitais: em Belo Horizonte, PT e PSDB ensaiam uma aliança polêmica.

PÁGINAS 8 E 9

Vazamento de dossiê volta a ser debatido

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, e o líder da Minoria, Mário Couto, defenderam a convocação à CPI dos Cartões de

dois servidores acusados de vazarem um suposto dossiê com gastos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

PÁGINA 10



Há 120 anos, uma solenidade acompanhada por 10 mil pessoas que se concentravam em frente ao Paço da Cidade, no Rio, mudou o país. Era a assinatura da Lei Áurea, evento reconstituído em encarte desta edição do Jornal do Senado.



Embalagens de produtos nem sempre trazem informações necessárias ao julgamento do consumidor

Sob críticas de ambientalistas, plantio de transgênicos cresce

PÁGINA 7

e mais...

AGENDA

Página 2

AMBIENTE LEGAL

VOZ DO LEITOR

FOTO DA SEMANA

FRASES

Página 13

— cidadania

Vida saudável ajuda a prevenir derrame

O *Especial Cidadania* dá dicas importantes para prevenir o acidente vascular cerebral ou derrame, situado entre as três causas de morte mais frequentes no Brasil, atrás apenas do infarto e do trauma resultante de acidentes.

PÁGINA 16

Vai a sanção estatuto que tira garimpeiros da clandestinidade

PÁGINA 3

Morre aos 72 anos o jornalista e ex-senador Artur da Távola

PÁGINA 14



ELZA FUZZA/ABR

PLENÁRIO

Senadores votam correção para os recursos da saúde

Acordo firmado pelos líderes partidários permitiu a desobstrução da pauta do Senado, com a votação de duas medidas provisórias (MPs) que tinham prioridade sobre outras matérias. As duas MPs (408 e 409/07) abrem créditos extraordinários no Orçamento da União, nos valores de R\$ 750,4 milhões e R\$ 3 bilhões, respectivamente, para diversos ministérios e órgãos. Os recursos são oriundos de superávit financeiro da União e já haviam sido liberados em dezembro do ano passado.

Liberada a pauta, o Plenário aprovou na sessão seguinte uma correção ao projeto (PLS 121/07-Complementar) do senador Tião Viana (PT-AC) que regulamenta a Emenda Constitucional 29. A emenda fixa limites mínimos para os gastos da União, dos estados e dos municípios com saúde. Sem a alteração, em vez de a União destinar à saúde cerca de R\$ 10 bilhões a mais por ano (já repassa hoje R\$ 48 bilhões), o aumento seria de R\$ 5 bilhões.

A correção foi aprovada com o apoio de todos os partidos, recebendo 55 votos. Com isso,

o Senado enviará agora o PLS 121/07 à Câmara. O líder do governo na Casa, Romero Jucá (PMDB-RR), avisou que o governo tentará “aprimorar” o projeto na Câmara, “dentro das negociações da reforma tributária”.

A matéria foi aprovada em 9 de abril pelo Senado. Mais tarde, ficou constatada a incoerência causada pela inclusão de uma emenda ao texto. Em resumo, o PLS 121/07 determina que a União destinará à saúde 10% das “receitas correntes brutas”, por ano, a partir de 2011. Até lá, o gasto será escalonado – 8,5% em 2008; 9%, em 2009; e 9,5%, em 2010.

Enquanto o projeto não for aprovado pela Câmara e sancionado pelo presidente da República, fica valendo o que está na Emenda Constitucional 29. Ou seja, todo ano o governo federal é obrigado a destinar à saúde o mesmo valor do ano anterior, acrescido do percentual de crescimento da economia (tudo corrigido pela inflação).

A correção não mexe nos gastos mínimos de estados e municípios com saúde – 12% e 15%, respectivamente.

Enquanto projeto não for sancionado, fica valendo a Emenda 29

Leis mais duras de combate à lavagem de dinheiro

O Plenário aprovou o texto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que reúne quatro propostas que tornam mais rígida a legislação sobre os crimes de lavagem de dinheiro. A inovação mais importante é a extinção da lista de crimes antecedentes – delitos discriminados em lei, como o tráfico ilícito de drogas e o terrorismo, sem os quais não se pode caracterizar a lavagem de dinheiro.

Dessa forma, argumentou o senador, “bens, direitos e valores provenientes de qualquer infração penal poderão caracterizar a lavagem de dinheiro”.

O texto determina ainda o aumento da pena máxima, de dez para 18 anos, e a penalização das pessoas que, em atividade econômica ou financeira, utiliza-

rem bens, direitos ou valores que saibam – ou que deveriam saber – ser fruto de atividade ilegal.

Na avaliação de Simon, da forma como está a legislação atual, “quem oculta ou dissimula a origem de valores provenientes de sonegação fiscal não comete crime de lavagem de dinheiro, pois a sonegação não se encontra no rol de crimes antecedentes”. As contravenções penais ligadas ao jogo do bicho também são exemplo de delitos que não constam dessa lista.

O parlamentar assinalou ainda a preocupação do projeto em permitir ao Ministério Público e às autoridades policiais acesso mais fácil a cadastros de empresas de telefonia, bancos, administradoras de cartões de crédito e provedores de internet.

ORÇAMENTO

CMO analisa relatório preliminar sobre LDO e vai a Curitiba esta semana

O relatório preliminar sobre o projeto de lei com os parâmetros para a montagem do Orçamento de 2009, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), deve ser apresentado pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) nesta terça-feira, de acordo com o cronograma definido pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). A relatora não quer atrasos da área técnica, para que o relatório final seja entregue até 18 de junho e votado até 6 de julho na CMO.

Além de analisar o cenário macroeconômico, o relatório preliminar estabelece prioridades para acatar emendas coletivas, como o direcionamento das dez emendas – cinco de cada bancada e cinco de cada comissão permanente – para obras que produzam efeitos benéficos para regiões e contingentes maiores da população. Os parlamentares também têm direito a cinco emendas individuais.

Para envolver a sociedade civil

Garimpeiro ganha lei com direitos e deveres

O projeto que cria o Estatuto do Garimpeiro (PLC 15/08) foi aprovado na semana passada para estabelecer direitos e deveres para esses trabalhadores. A proposta determina que a garimpagem e a venda dos minerais extraídos, para serem exercidas legalmente, deverão ter a permissão do Departamento Nacional de Produção Mineral, órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia. A matéria vai a sanção.

De acordo com o ministério, autor da proposta, a formalização da atividade permitirá a implementação de programas de apoio e fomento ao setor. Para o governo, “o grande número de garimpos

clandestinos leva a problemas como evasão fiscal, descompromisso com o meio ambiente, a saúde e a segurança no trabalho e, é claro, à marginalização social do garimpeiro”.

O estatuto estabelece que os garimpeiros terão de exercer as atividades como: autônomo; em regime de economia familiar; individual (com formação de relação de emprego); contratado em parceria (instrumento particular registrado em cartório); ou em cooperativa. Também obriga a recuperação das áreas ambientalmente degradadas pelo garimpo.

O projeto institui o Dia Nacional do Garimpeiro, em 21 de julho, e intitula o bandeirante pioneiro

Fernão Dias Paes Leme como patrono da categoria. Para o senador João Ribeiro (PR-TO), relator da matéria na Comissão de Infra-Estrutura (CI), os garimpeiros são os “bandeirantes contemporâneos”, que ajudaram a desbravar o país. Agora, disse, como verdadeiros cidadãos, passarão a ter sua profissão reconhecida. João Ribeiro informou que foi tesoureiro da Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada e membro do Sindicato Nacional dos Garimpeiros.

Garimpeiros acompanharam a sessão do Senado e a reunião da CI e aplaudiram a aprovação do parecer favorável e do pedido de urgência para análise do projeto em Plenário.



A pauta liberada permitiu uma sessão plenária produtiva em que foram aprovadas 24 matérias

Projetos da CPI do Apagão Aéreo vão à Câmara

Os senadores aprovaram três projetos da CPI do Apagão Aéreo, do Senado, que investigou a crise aérea de 2006 e 2007. O PLS 702/07 obriga as companhias aéreas a fornecer, imediatamente, a lista de passageiros em caso de acidentes. O texto altera dispositivo do Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei 7.565/86) que estabelece que toda pessoa que tiver conhecimento de acidente de aviação tem o dever de comunicá-lo à autoridade pública mais próxima e pelo meio mais rápido.

O código determina também que a autoridade pública com conhecimento do fato deve comu-

nicá-lo à autoridade aeronáutica mais próxima, sob pena de ser responsabilizada por negligência. O PLS 702 passa a exigir tais obrigações também das empresas aéreas.

O PLS 703/07 trata da distribuição de horários de pouso e decolagem em aeroportos congestionados. O operador desse aeroporto poderá, com autorização da autoridade de aviação civil, alienar, mediante leilão, direitos de pouso e decolagem em datas e horários específicos (slots). Os slots deverão integrar o patrimônio de seus titulares e poderão ser livremente negociados em mercado secundário. No período

abrangido pelos slots, aeronaves que não sejam titulares dos direitos serão autorizadas apenas a pousos de emergência.

As autoridades de aviação civil e de controle do tráfego aéreo poderão limitar ou reduzir temporariamente pousos e decolagens em determinados aeroportos, a fim de promover a segurança da aviação civil ou da infra-estrutura aeroportuária.

Já o PLS 704/07 trata da desoneração das tarifas aeroportuárias e aeronáuticas, autorizando sua gradação conforme a saturação e a época do ano ou o horário de utilização desses serviços. Os projetos serão enviados à Câmara.

do Senado e da Câmara devem divulgar nota técnica sobre o projeto do Executivo, criticando a avaliação do governo para 2009. Há dúvidas sobre a meta de crescimento da economia de 5%, a estabilização da inflação em 4,5% e o declínio dos juros após a decisão do Banco Central de elevar a taxa básica de 11,25% para 11,75% ao ano. Segundo consultores, faltou também transparência em relação às obras do Programa de Aceleração do Cres-

cimento (PAC) e há sugestões de mudanças no projeto. Uma delas seria restringir a autorização de gastos no caso de o Legislativo não conseguir aprovar o Orçamento até dezembro. O governo quer o limite de 3/12 avos de cada ação e a exclusão do teto para algumas despesas. Os consultores propõem retornar ao limite de 1/12 avos sobre o valor orçado em 2008 para cada ação, liberado mensalmente enquanto não houver orçamento aprovado.

EDUCAÇÃO



Azeredo, Garibaldi e Patrícia Saboya, durante a descontraída homenagem ao jovem Ricardo Silva

Gênio em matemática e exemplo de vida

“Eu não gosto de andar pedindo, sabe?” Assim, o estudante Ricardo Oliveira Silva, ganhador de duas medalhas de ouro nas Olimpíadas Brasileiras de Matemática das Escolas Públicas, respondeu a uma pergunta do presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, sobre o que ele desejava ganhar como recompensa por seus feitos estudantis: computador, cadeira de rodas motorizada ou custeio de um curso pré-vestibular.

A conversa, durante homenagem a Ricardo na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), foi marcada pela emoção. O filho de Joaquim Oliveira da Silva e de Francisca Antonia da Conceição é um vencedor na vida: ele nasceu com uma doença neurológica que atrofia a medula espinhal e causa fraqueza nos músculos.

Na infância, na pequena cidade de Várzea Alegre, no sertão cearense, a deficiência impediu o garoto de ir à escola. Foi alfabetizado em casa pela mãe, que só cursou até a 6ª série. Francisca chegou a comprar uma cartilha para orientar o filho.

Somente aos 17 anos conseguiu se matricular na escola. Fez um

teste e entrou na 5ª série. Mas só tem uma aula por semana, quando um professor vem à casa dele. Antes de o professor chegar, Ricardo adianta os estudos.

Na homenagem da CAS, Garibaldi Alves começou a brincar com a idéia de que Ricardo poderia pedir o que quisesse aos senadores, porque todos ali presentes estavam ansiosos por presenteá-lo.

“O que você mais quer? Eu só tenho medo porque você é inteligente demais e pode pedir algo que nós não possamos dar...”

– Eu não gosto de andar pedindo, sabe? No que vocês puderem me ajudar, eu agradeço. Agora, o meu sonho é continuar estudando. Não tenho planos fixos para o futuro. O meu plano no momento é só continuar estudando – respondeu o estudante.

Para Garibaldi, a presença de Ricardo ao Senado traduziu-se num fato “talvez mais importante que a presença da ministra Dilma Rousseff”, da Casa Civil, que, na mesma hora, participava de um debate na Comissão de

Serviços de Infra-Estrutura.

– Ele é o cara. Você é impressionante, Ricardo. O seu pai, que construiu um pequeno carrinho de mão para levá-lo à escola, sua mãe, Francisca Antonia da Conceição, que cuidou da sua alfabetização... Vocês são todos figuras exemplares. E eu só tenho palavras de elogios para vocês – completou o senador.

Ricardo afirmou não se sentir diferente das demais pessoas pelo fato de ser bicampeão nas Olimpíadas de Matemática. Para ele, todas as pessoas têm o mesmo direito de buscar oportunidades. Ele dedicou à mãe todas as conquistas que alcançou. Também agradeceu a dedicação do pai, a quem se referiu, brincando, como “braço direito, guardacostas e secretário”.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que requereu a homenagem, observou que os milhares de brasileiros em situação semelhante à de Ricardo esperam atenção do poder público e oportunidade de mostrar seus talentos.

Ricardo dedicou as medalhas à mãe e disse que só quer seguir estudando

Fundo poderá ajudar a manter museus do país

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou projeto (PLS 95/08) da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento dos Museus, destinado a apoiar projetos de criação, construção e modernização de museus. O fundo poderá contar com recursos orçamentários, além de contribuições, legados e doações de pessoas físicas e jurídicas.

O relator, Sérgio Zambiasi (PTB-RS), observou que outras áreas culturais têm recebido

muito mais atenção do governo que a de museus, setor que dispõe de “um volume de recursos muito inferior ao de que necessitaria para se desenvolver”.

Segundo o relator, entre 2001 e 2002 o investimento total na área foi de R\$ 20 milhões, valor gradativamente elevado até R\$ 140 milhões em 2007 e com previsão de R\$ 160 milhões em 2008. Mesmo assim, frisou, o setor “ainda não conta com recursos garantidos, necessários para a estruturação de uma política de maior prazo”.

Por sua vez, Ideli confirmou os R\$ 160 milhões para os museus neste ano, mas recordou que existem no país mais de 2.500 museus ou instituições semelhantes, que têm necessidade de apoio financeiro.

O projeto, considerado “muito oportuno, criativo e útil” pelo presidente da CE, senador Cristovam Buarque (PDT-DF) e elogiado também por Flávio Arns (PT-PR), será examinado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Ano letivo de 180 dias nas universidades

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) acatou projeto de lei (PLS 386/07) do ex-senador Wilson Matos instituindo, na educação superior, o ano letivo regular de no mínimo 180 dias efetivos de aula. A proposta original estipulava 200 dias, mas emenda do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) limitou as aulas efetivas em 180 dias. A decisão é terminativa e a matéria segue direto para a Câmara, caso não surja recurso para análise pelo Plenário.

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ponderou que o Congresso deveria realizar uma ampla reforma universitária em vez de aprovar projetos com pequenas mudanças. Ela acrescentou ter ouvido o ministro da Educação, Fernando Haddad, falar sobre as dificuldades de aprovação dessa reforma na Câmara.

– Estamos sempre votando questões pontuais, sem uma visão do todo. Precisamos aprovar uma reforma universitária capaz de oferecer uma estrutura de ensino de país desenvolvido – defendeu.

A comissão também autorizou, em decisões terminativas, a criação de duas universidades: a Univar (Universidade Federal do Vale do Araguaia), em Araguatins (TO), por projeto (PLS 189/07) de Kátia Abreu (DEM-TO) relatado por Leomar Quintanilha (PMDB-TO); e a UFRVG (Universidade Federal Rural do Vale do Guaporé), em São Francisco do Guaporé (RO), proposta pela senadora Fátima Cleide (PT-RO) e relatada pelo senador João Vicente Claudino (PTB-PI).

Foi aprovado ainda parecer do senador Renato Casagrande (PSB-ES) a projeto (PLS 189/06) de Flávio Arns (PT-PR) que disciplina a utilização de espectro de radiofrequências destinado aos serviços de televisão. A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) delibera agora sobre o projeto em decisão terminativa.

Dia de Combate ao Trabalho Escravo

Em outra decisão terminativa, a CE avaliou ainda projeto (PLS 571/07) do senador José Nery (PSOL-PA) que cria o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, a ser celebrado em 28 de janeiro, e a Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, que incluirá a mesma data – uma homenagem aos três fiscais do trabalho assassinados em Unai (MG), há quatro anos, quando investigavam denúncia de trabalho escravo. O relator foi o senador Paulo Paim (PT-RS).



Emenda de Eduardo Azeredo fixou o mínimo de 180 dias com aulas efetivas

Curso superior para registro de enfermeiros em discussão

A defesa da ampliação da escolaridade dos profissionais de enfermagem foi consensual, mas os participantes de debate na CE fizeram ressalvas ao projeto (PLS 26/07) do senador Tião Viana (PT-AC) que condiciona a concessão de registro nos conselhos regionais de enfermagem – após período de transição – à conclusão de curso de ensino superior.

Entre os mais de 1 milhão de profissionais de enfermagem, apenas 13% são enfermeiros e

33% técnicos, segundo informação do Ministério da Saúde.

Pelo texto do relator, Augusto Botelho (PT-RR), fica proibida a inscrição nos conselhos de técnicos (a partir de 31 de dezembro de 2022) e de auxiliares de enfermagem (a partir do fim de 2027). Aos profissionais já inscritos, é garantido o direito de continuar exercendo a profissão. A auxiliares e técnicos com cursos superiores de enfermagem está previsto “acesso diferenciado”.

Filosofia e Sociologia devem voltar ao ensino médio

As disciplinas Filosofia e Sociologia, na dependência apenas de sanção do presidente da República, devem ser incluídas como obrigatórias nos currículos do ensino médio. O Plenário aprovou na quinta-feira projeto de lei da Câmara (PLC 4/08) que inclui as duas disciplinas como obrigatórias nesse nível de ensino. A matéria será encaminhada à sanção presidencial.

O projeto foi incluído na pau-

ta de votações após aprovação de requerimento de urgência apresentado por Valter Pereira (PMDB-MS). A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Educação na terça-feira.

Ideli Salvatti (PT-SC) saudou o retorno das disciplinas ao ensino médio, 37 anos depois de serem excluídas do currículo por decisão do regime militar, tendo sido então substituídas pela disciplina Educação Moral e Cívica.

EDUCAÇÃO Fátima Cleide incorporou sugestão de Marconi Perillo para que medida recomende, mas não obrigue

Eleição pode definir diretor de escola pública

Eleger o diretor de uma escola pública pode se tornar uma prática nacional, e não limitada a apenas alguns estados, como hoje. A intenção é regulamentar a previsão constitucional da gestão democrática nas escolas, abrindo à comunidade a participação na escolha dos dirigentes dos estabelecimentos de ensino fundamental, médio e técnico das redes públicas federal, estadual e municipal. A proposta, apresentada pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC) em 2007, está na pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O Censo Escolar de 2006 aponta que o país conta com 168.436 escolas de ensino básico.

O projeto (PLS 344/07) tem o apoio da relatora, Fátima Cleide (PT-RO), que incluiu sugestões de Marconi Perillo (PSDB-GO). O novo texto fixa a eleição direta como meio preferencial de acesso

so aos cargos de diretor, vice-diretor, coordenador ou outro de administração escolar. Marconi argumenta que prescrever eleição direta para esses cargos não está entre as competências do Poder Legislativo federal por tratar-se de questão típica da administração dos estados.

Pronto para receber decisão definitiva na CE, o texto de Fátima Cleide acrescenta três incisos ao artigo 14 da Lei 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e também explicita o fim das nomeações para os cargos. Outra determinação é a de que os eleitos pela comunidade escolar – constituída por professores, funcionários, alunos e responsáveis legais – para um mandato de, no mínimo,

dois anos deverão ser capacitados em gestão educacional e terão sua administração avaliada para que possam ter direito à reeleição no cargo.

Cristovam Buarque (PT-DF), presidente da CE, afirmou que a proposta poderá ser examinada nesta terça-feira e se disse favorável à ocupação dos

cargos de diretores prioritariamente por servidores especializados em gestão educacional.

– A pura eleição não me parece o melhor processo. É preciso uma especialização do candidato para o cargo de diretor de escola.

Segundo Vitor Henrique Paro, professor titular da Universidade de São Paulo (USP) e autor do livro *Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democra-*

cia, a reivindicação da escolha de diretores por meio de eleição, em âmbito nacional, é um fenômeno que se iniciou em vários estados no começo da década de 1980, no contexto da redemocratização política do país. A eleição de diretores, observa, possibilita o acesso ao cargo a um novo contingente de professores que, pelo critério da nomeação, dificilmente viriam a se tornar dirigentes escolares.

O professor avalia ainda que a função de direção, anteriormente enredada em múltiplas atividades destinadas a atender solicitações dos órgãos superiores pouco relacionadas com as atividades-fim da escola, de repente se sente



Proposta de Ideli pode tornar eleição nas escolas uma prática em todo o Brasil

também pressionada a dedicar-se com maior cuidado ao processo pedagógico, que foi objeto dos discursos nas campanhas para a eleição. Como consequência, a atenção com as atividades pedagógicas da escola ganha maior relevo nas preocupações dos diretores eleitos e nas exigências de seus liderados.

Distrito Federal já adota escolha direta

Uma lei proposta pelo governo do Distrito Federal e aprovada em outubro do ano passado modificou o acesso aos cargos de diretor e vice-diretor das escolas públicas. Desde o início de 2008 já estão nesses cargos professores eleitos pela comunidade escolar, mas que se submeteram às duas primeiras etapas do processo seletivo. Entre os requisitos para se candidatar aos cargos de diretor e vice-diretor está o de ser servidor concursado com carga de 40 horas semanais ou aposentado.

O servidor deve passar por uma avaliação do conhecimento de gestão escolar e análise de títulos, segundo a nova legislação (Lei distrital 4.036/07). Na segunda etapa, os candidatos a diretor e vice-diretor da escola devem elaborar e apresentar em audiência pública convocada pelo conselho escolar um plano de trabalho com soluções para os problemas detectados na escola. Antes da eleição, os candidatos selecionados devem ainda participar de um programa de capacitação.

Diretora aponta rigor e critérios confiáveis

Eleita diretora do Centro de Ensino Fundamental 4 do Guará, cidade-satélite de Brasília, Ivanilda Maria Santiago considera que o novo processo é rígido e sua aplicação obedeceu a critérios confiáveis. A diretora da escola, que tem 1.380 alunos, revela que passou pelas três experiências já realizadas no Distrito Federal para provimento do cargo de diretor de escola pública. Em 1998, venceu a eleição direta para dirigir aquele estabelecimento de ensino e em 2001, após fazer uma avaliação, foi



Ivanilda Maria Santiago dirige escola com 1.380 alunos no Guará, cidade-satélite de Brasília

nomeada para o cargo numa lista tríplice.

– Muitos servidores que não acreditavam no processo e fizeram somente para testá-lo saíram das provas elogiando a seriedade da experiência. Acredito que dessa forma a comunidade pode ter certeza da qualidade profissional daquele que está se candidatando para dirigir a escola – avalia.

Com um mandato de dois anos, Ivanilda explica que precisa cumprir as metas do plano de trabalho para permanecer no cargo. Entre os objetivos a serem alcançados está a redução da evasão escolar e da repetência. Uma nova avaliação será feita a cada ano, sempre com base em novas metas. No DF, ficam no cargo os diretores que conseguirem cumpri-las. Caso contrário, novas eleições serão realizadas.

Maioria ainda é nomeada

O processo seletivo determinado pela lei distrital é criticado pela diretora de Assuntos Educacionais do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF), Valesca Leão, para quem as avaliações a que são submetidos os professores não garantem a qualidade da gestão do diretor. A diretora do Sinpro argumenta ainda que os servidores já fizeram prova para entrar na rede pública de ensino e, assim como os candidatos a cargos do Executivo e do Legislativo, também deveriam ter o direito de se candidatar sem precisar de nenhuma avaliação para isso.

– As eleições diretas ocorridas no Distrito Federal não foram tranquilas, mas esse é um processo que se constrói e é ele

que defendemos. A maior parte dos professores não acredita na avaliação antes da eleição que é proposta pelo governo e prefere não participar – explica Valesca Leão, salientando, porém, que o Sinpro é favorável ao curso de capacitação para os diretores eleitos.

A diretora observa ainda que, das 620 escolas públicas do DF, somente 120 tiveram seus diretores eleitos. O governo, ressalta, continuará nomeando os diretores da maioria das escolas. Segundo o jornal *Correio Braziliense*, em 117 instituições os candidatos não foram aprovados no processo seletivo, em 41 não houve chapas concorrentes e no restante os nomes não foram referendados pelo conselho escolar.

“É um processo de autonomia”, diz professora de Cuiabá

Em Mato Grosso, lei estadual (7.040/98) prevê a eleição dos diretores de escolas públicas por professores, funcionários, alunos maiores de 14 anos e pais. Para ser candidato, o professor deve ter dois anos de trabalho ininterruptos na escola, ter licenciatura plena ou curta e participar de ciclo de estudo a ser organizado nos municípios.

Em 2007, a professora Luiza Abich foi eleita diretora da escola estadual Dom José do Despraído, em Cuiabá, que atende a 570 alunos do ensino fundamental e da Educação de Jovens e Adultos – modalidade que assegura a conclusão do ensino fundamental a alunos maiores de 15 anos. A diretora elogia o processo de eleição direta pelo qual chegou ao cargo, que ocorreu pela primeira vez no estado em 1987 e 1988, sendo retomado em 1995 e legalizado em 1998.

– A eleição proporciona um ganho baseado no compromisso firmado com a comunidade escolar e não com o político responsável pela indicação. É um processo de autonomia para atender à necessidade daquela comunidade – avalia Luiza Abich, informando que os candidatos apresentam um plano de trabalho.

A diretora chama a atenção para a polêmica a respeito das habilidades para cargos de gestão e ressalta a etapa obrigatória do curso de capacitação da Secretaria de Educação. Outro destaque, diz, é a atuação dos conselhos deliberativos da comunidade escolar, órgãos das diretorias das escolas que são eleitos pouco antes dos diretores e reúnem no mínimo oito e no máximo 16 representantes de pais, alunos, professores e funcionários.

COMISSÕES Serys Shlessarenko coordenará nesta semana segunda rodada de ciclo de debates sobre fiscalização

Senado avalia controle de órgãos públicos

A segunda rodada do ciclo de debates sobre o controle público como instrumento de cidadania, promovido pela Comissão de Meio Ambiente do Senado, agendada para esta quinta-feira, discutirá instrumentos e procedimentos de controle para prevenir fraudes e desperdícios dos recursos públicos. Sob a coordenação de Serys Shlessarenko (PT-MT), a mesa contará, entre outros, com a participação do ministro Jorge Hage, da Controladoria Geral da União (CGU).

Na abertura dos debates, na última quinta-feira, com foco no papel do Poder Legislativo no controle da gestão pública, coordenado por Renato Casagrande (PSB-ES), o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, ressaltou que, apesar de a CPI ser um instrumento notável de investigação, a forma mais eficaz é a fiscalização diária do Legislativo sobre os gastos públicos.



Abertura do ciclo, na quinta-feira passada, teve a presença de Garibaldi Alves (C) e do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo

Os critérios para o preenchimento de vagas nos conselhos dos tribunais de contas foram discutidos na audiência. Casagrande, que requereu os debates, apresentou projeto, já em tramitação, no qual defende o acesso aos conselhos por concurso público. Indicações políticas, segundo o senador, não são adequadas para órgãos de natureza técnica, como os tribunais de contas. No caso do TCU, o conselho é formado por nove ministros, dos quais um terço indicado pelo Executivo e os dois terços restantes pelo Congresso – um terço pela Câmara e outro terço pelo Senado.

Com o objetivo de assegurar maior transparência aos recursos federais repassados aos estados, municípios e entidades privadas, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, anunciou a criação do Portal dos Convênios. Essa nova base conterá, segundo ele, desde o pedido de formalização do contrato até dados regulares sobre a prestação de contas das despesas. O ministro informou que o trabalho está sendo feito em parceria com seis ministérios, entre os que executam maior volume de dotações orçamentárias, como Saúde, Educação e Previdência.

Mau fornecedor terá cadastro nacional

A criação de um cadastro nacional de fornecedores suspensos ou considerados inidôneos para assinar contratos com o setor público foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A ideia é compartilhar as informações da União, do Distrito Federal, de estados e de municípios para reduzir o risco de contratação de fornecedor já suspenso ou desaprovado em qualquer localidade ou esfera administrativa.

O projeto de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) foi relatado por Jayme Campos (DEM-MT) e segue agora para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde terá decisão terminativa.

Segundo Jayme Campos, o chamado Sistema de Cadastramento de Fornecedores (Sicaf) deverá

ser mantido na internet para que empresas e órgãos públicos de todo o país possam consultar o histórico das empresas interessadas em participar de suas licitações. Hoje a União já mantém um cadastro semelhante, mas de uso exclusivo.

O relatório determina que o novo cadastro será mantido pela União e que serão regulamentados por decreto os termos dos convênios para a troca de dados.

Na justificativa da proposta, Garibaldi Alves diz ter recebido a sugestão da Confederação Nacional de Municípios (CNM). Segundo ele, iniciativa semelhan-

te já foi adotada com sucesso no Rio Grande do Sul e “vem contribuindo para a prevenção ao desperdício do dinheiro público em contratos mal executados”.

Ao destacar o mérito da proposta, o relator lamentou a inexistência de um sistema integrado nacional para registro das empresas que receberam sanções. Diante dessa lacuna, observou, tudo o que se faz hoje no setor público é exigir que as empresas candidatas em processos de licitação incluam em sua proposta declaração de que não pesa contra ela qualquer tipo de sanção.

Novo cadastro será mantido pela União e acessado por todos governos

Taxa por emissão de boleto pode acabar

As cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que obriguem o consumidor a pagar pela emissão do carnê de pagamento ou do boleto bancário poderão ser consideradas nulas, de acordo com projeto (PLS 690/07) do senador Gerson Camata (PMDB-ES) aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O relator Heráclito Fortes (DEM-PI) avaliou que essas cobranças são abusivas e que, no caso de compras em redes comerciais, o fornecedor é que tem a obrigação de dar os meios para o consumidor cumprir com suas obrigações contratuais sem cobrança adicional.



No projeto, Gerson Camata quer proteger consumidor contra cobranças abusivas

Outro projeto aprovado pela CMA impõe ao fornecedor de bens e serviços a obrigação de advertir o consumidor, de forma clara e

destacada, sobre o direito de arrependimento na transação. Pela proposta (PLS 424/07) da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), o fornecedor também é obrigado a fornecer o endereço físico ou eletrônico do estabelecimento para o qual o consumidor poderá encaminhar a respectiva notificação. O relator Flávio Arns (PT-PR) modificou o texto original para dar prazo de 90 dias para o consumidor desistir do negócio, caso a exigência de clareza no direito de arrependimento não tiver sido cumprida.

As duas propostas foram aprovadas pela CMA em decisão terminativa e, se não houver recurso para exame em Plenário, seguirão direto para deliberação da Câmara.

Comissões discutem imposto para sacoleiros

Em audiência pública conjunta realizada pela CAE, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), oito convidados discutiram o projeto de lei da Câmara (PLC 27/08) que institui o Regime de Tributação Unificada (RTU) para mercadorias importadas por via terrestre do Paraguai, o chamado imposto dos sacoleiros.

O secretário da Receita Federal do Brasil, Jorge Rachid, disse que a proposta tira os pequenos importadores da ilegalidade e impede a importação de produtos piratas. De acordo com o PLC 27/08, o RTU terá uma alíquota de 42,25%, englobando diversos impostos e contribuições federais e, a depender de convênios com as secretarias estaduais, o ICMS.

Poderão usufruir do RTU microempresas brasileiras inscritas no Simples, que terão

cota anual para importação de R\$ 240 mil.

Também participaram do debate o secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Welber Barral; o representante do Departamento do Mercosul do Ministério das Relações Exteriores, João Luiz

Representante dos sacoleiros acha que projeto não trará benefícios

Pereira Pinto; o presidente do Instituto Brasileiro de Defesa da Competitividade, Edson Vismona; o presidente da Associação Brasileira da Indústria

Elétrica e Eletrônica, Humberto Barbatto; o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos, Lourival Kiçula; o diretor antipirataria da Motion Picture Association, Márcio Gonçalves; e o presidente da Associação da Feira dos Importados de Brasília, Absalão Ferreira Calado, para quem o RTU não irá beneficiar os chamados sacoleiros, mas somente empresas constituídas.

Autorizado empréstimo para metrô e trem em SP

A União foi autorizada pelo Plenário a garantir empréstimo externo de US\$ 550 milhões entre o governo do estado de São Paulo e o Banco Mundial (Bird). Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto Material Rodante e Sistemas para a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e para a Companhia do Metrô de São Paulo (Metrô).

Após a aprovação (PRS 20/08), Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que os novos investimentos deverão aumentar a capacidade do metrô paulistano.

Outro empréstimo autorizado pelos senadores tem o valor de US\$ 7,15 milhões e será feito

pela União junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o financiamento parcial do Programa Diagnóstico, Perspectivas e Alternativas para o Desenvolvimento do Brasil, do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

A contratação de um empréstimo de US\$ 14,75 milhões para o município catarinense de Chapecó, a ser concedido pelo Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), foi autorizada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e agora será submetida ao Plenário. O dinheiro será usado na infraestrutura viária da cidade.

Adição de mandioca à farinha de trigo em debate

O projeto de lei que determina a adição de fécula e farinha refinada de mandioca à farinha de trigo será debatido pela CAE, por sugestão dos senadores paranaenses Osmar Dias (PDT) e Flávio Arns (PT), relator da proposta.

O PLC 22/07 prevê a adição de 3% de farinha de mandioca à farinha de trigo adquirida pelo poder público no primeiro ano de vigência da lei, de 6% no segundo ano e de 10% no terceiro ano. Como incentivo, a farinha misturada terá tributação diferenciada, com redução de alíquotas.

Segundo Flávio Arns e Osmar Dias, a mistura poderá contribuir para a redução do preço da farinha de trigo. A

grande produção de mandioca no país, argumentam, poderá ser usada para reduzir o déficit na produção de farinha de trigo – o Brasil produz apenas 38% do que consome.

Serão convidados para o debate, em data ainda a ser definida, o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, e representantes da indústria da farinha de trigo e dos produtores rurais.

A CAE também aprovou debate sugerido por Heráclito Fortes (DEM-PI) sobre o PLS 342/07, de Papaléo Paes (PSDB-AP), que reduz a contribuição das empresas de transporte aquaviário ao PIS/Pasep.

TRANSGÊNICOS Cultivo de soja, algodão e milho geneticamente modificados já está liberado no Brasil

EMBRAPA



Em dois anos, empresa deve colocar no mercado a primeira soja modificada desenvolvida no país

Plantio de transgênicos cresce no país e no mundo

É irreversível. O plantio de lavouras transgênicas no Brasil cresceu 30% de 2006 para 2007, nada menos que 3,5 milhões de hectares. O percentual só é menor do que o obtido pela Índia (63%). Pouco mais da metade dos 21 milhões de hectares de soja para a próxima safra receberá sementes geneticamente modificadas.

No Brasil, já foram autorizados para plantio pela Comissão Nacional Técnica de Biossegurança (CTNBio) um evento de soja resistente a herbicida, um de algodão, que combate insetos, e três de milho, um resistente a herbicida e outros dois a insetos, sendo que um desses depende ainda de aprovação do Conselho Nacional de Biossegurança devido a recurso impetrado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O transgênico tem sua estrutura genética modificada pela introdução de genes de outros organismos, para que fique resistente a problemas como pragas e haja aumento da produtividade. Em 12

anos, os organismos geneticamente modificados (OGMs) atingiram em todo o mundo 114,3 milhões de hectares, nada menos que 67 vezes a mais que em 1996, quando foram plantados 1,7 milhão de hectares.

Os dados foram divulgados recentemente pelo Serviço Internacional para a Aquisição de Aplicações de Agrobiotecnologia (Isaaa, sigla em inglês), que é financiado pela indústria de sementes.

Segundo Jan van Aken, da campanha de Agricultura do Greenpeace Internacional, “o relatório do Isaaa é uma peça de propaganda. A realidade é que mais de 92% do 1,5 bilhão de hectares de terras disponíveis para a agricultura no mundo são usados para plantio de plantas convencionais”, diz.

Com a crise da falta de alimentos, a indústria transgênica aposta no aumento da produtividade para atender a demanda mundial por comida. Mas ambientalistas afirmam que os OGMs interferem no ecossistema e, a longo prazo, podem originar males aos seres humanos.

Milho modificado é novidade para a safra 2008/2009

Depois de bater recorde na produção e exportação do milho no ano passado, o Brasil começa a plantar, legalmente, o grão geneticamente modificado a partir da safra 2008/2009.

O mercado está bastante favorecido, em especial com a diminuição de 100 milhões de toneladas por parte dos Estados Unidos, que está direcionando sua produção para o etanol.

O milho é atualmente um dos cinco principais produtos do agronegócio na balança comercial. Em 2007, foram exportados 10,9 milhões de toneladas, 178% a mais que no ano anterior. Só para a União Européia, o salto foi de 979%, atingindo US\$ 1,2 bilhão comercializado.

O presidente da Associação

Brasileira dos Produtores de Milho (Abramilho), Odacir Klein, reconhece que alguns países europeus pagam prêmio para quem vende o milho convencional, mas acha que também há grande espaço para o milho geneticamente modificado.

– A produção de milho transgênico não vai atrapalhar o mercado. Existem mecanismos de controle para que não haja a mistura. E vamos vender conforme a demanda específica do mercado – diz Klein.

Para o presidente da Abramilho, a redução do custo de produção e do uso de defensivos e a conseqüente diminuição de quebra da safra são fatores importantes para o produtor optar pelo transgênico.

Embrapa desenvolve nova semente de soja

A primeira soja transgênica desenvolvida no Brasil e a primeira no mundo resistente ao herbicida da classe imidazolinona estará no mercado em dois anos. Após dez anos de pesquisa realizada na Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia (Cenargen), em Brasília, o produto brasileiro entrará em um seletivo mercado dominado por pouquíssimas multinacionais.

A soja é resultado do trabalho realizado pelos pesquisadores do Cenargen, Elibio Rech e Francisco Aragão e suas equipes.

– Esse evento possibilitará aos produtores ter opção na hora de plantar a soja transgênica. Até então, o produtor trabalhava com a semente resistente ao herbicida glifosato, patenteado pela Monsanto. Com essa opção,

aumenta a competitividade, com um manejo mais adequado para o controle de ervas daninhas e há redução no custo de produção entre 20% e 30% – diz Rech.

O projeto foi bancado pela Basf e custou US\$ 7 milhões. A empresa alemã é detentora do gene, mas o produto desenvolvido é da Embrapa, que detém a patente até 2017.

– Somos uma empresa pública, de um país pobre, que conseguiu algo muito importante. Cada soja dessa que sair do Brasil terá o carimbo BR – afirma o pesquisador.

Para Rech, a recusa aos transgênicos está limitada a alguns nichos. Ele garante que pode

haver a segregação da soja geneticamente modificada para a convencional, mas se paga a mais por isso.

– Nossa soja já está sendo testada no Japão. Mas, aqueles nichos que querem produzir o tofu [queijo] com a soja convencional, por exemplo, continuarão fazendo, mas certamente o custo para eles será outro – explica.

O plantio da soja transgênica no Brasil começou no Rio Grande do Sul, onde foi semeada ilegalmente por vários anos. A semente teria vindo da Argentina, segunda maior produtora mundial de culturas geneticamente modificadas.

Empresa brasileira detém patente do produto até 2017

Os líderes no plantio das sementes geneticamente modificadas

País	Produtos	Hectares (em milhões)
Estados Unidos	Soja, milho, algodão, canola, abóbora, mamão e alfafa	57,7
Argentina	Soja, milho e algodão	19,1
Brasil	Soja e algodão	15,0
Canadá	Canola, milho e soja	7,0
Índia	Algodão	6,2
China	Algodão	3,8

Fonte: Isaaa

Senadora questiona rotulagem dos produtos

Muitas pessoas ainda não se deram conta, mas é crescente a quantidade de produtos à base de soja transgênica vendidos no mercado. Alguns nem sequer possuem rotulagem identificando que a matéria-prima foi geneticamente modificada, o que fere a Lei de Biossegurança e o Decreto 4.680/03, conhecido como Lei de Rotulagem.

Segundo o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a fiscalização desses produtos está

aquém do necessário e não há uma listagem oficial do que está sendo ofertado para a população. Conforme o Decreto 4.680/03, qualquer alimento que tenha na matéria-prima algum componente geneticamente modificado precisa ser identificado com um “T” maiúsculo dentro de um triângulo amarelo.

Um projeto de decreto legislativo (PDL 90/07) da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) susta a aplicação da Portaria 2.658/03, do Ministé-

rio da Justiça, que regulamenta a Lei de Rotulagem e define o “T” como símbolo dos transgênicos.

“O símbolo definido pelo ministério remete à idéia de atenção e cuidado e pode fomentar a desconfiança da população em produtos que já foram avaliados e considerados seguros pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), prejudicando a introdução desses produtos no mercado”, disse Kátia Abreu.



MOREIRA MARIZ

Símbolo dos transgênicos definido pelo Ministério da Justiça pode fomentar a desconfiança da população, diz Kátia Abreu

ELEIÇÕES Prazos para realização de convenções e início de propaganda eleitoral se aproximam enquanto partidos realizam

Alianças com um olho em 2008 e o outro em 2010

Um mês do início da temporada de convenções municipais que vão homologar, nos mais de 5 mil municípios brasileiros, as candidaturas a prefeito para 3 de outubro, os principais partidos políticos traçam estratégias diferentes e, em alguns casos, opostas em relação ao mais espinhoso item do cardápio eleitoral: coligações.

Se o PMDB deu ampla liberdade às bases para escolher os rumos mais convenientes em cada caso, os outros três grandes da política nacional – PT, PSDB e DEM –, em graus variados, definiram “barreiras” nas alianças partidárias. Do mesmo modo, o PDT e o PTB fixaram condições para acordos com outras legendas.

O comando da maior – em número de prefeituras ocupadas – e mais tradicional legenda, o PMDB, decidiu dar autonomia plena aos diretórios municipais para decidirem sobre eventuais alianças e coligações, sem a necessidade de submeter tais escolhas à Executiva Nacional.

Integrante da base que dá suporte parlamentar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Congresso, o PMDB não faz restrições sequer a coligações com ferrenhos opositores do governo. É o caso, por exemplo, da “pré-aliança” formalizada em abril com o DEM, para a disputa da prefeitura da capital paulista. PMDB e DEM decidiram lançar

o prefeito Gilberto Kassab à reeleição.

Por enquanto, em apenas cinco das 26 capitais onde haverá eleição este ano (o Distrito Federal não participa do pleito municipal) o PMDB comporá chapa com o aliado federal PT: Fortaleza, Vitória, Teresina, Boa Vista e Rio de Janeiro. No caso carioca a aliança em favor do deputado petista Alessandro Molon enfrenta o bombardeio da bancada federal peemedebista.

Um dos líderes do partido, o ministro da Integração Nacional, deputado federal Geddel Vieira Lima (BA), ratificou que “o PMDB está liberado do PT para fazer alianças que interessem aos municípios”, e vice-versa. Geddel citou o caso de Salvador, onde o PT decidiu lançar

candidato próprio e onde participa nos últimos anos com quatro secretarias na administração João Henrique (PMDB).

Internamente, o PMDB avalia que é pouco provável uma aliança no primeiro turno com o PT em nada menos que 14 capitais, pois o partido deseja lançar nome próprio às prefeituras, entre outras, de Porto Alegre, Florianópolis, Recife, João Pessoa e Campo Grande.

Venceu no sábado passado o prazo dado pelo comando nacional do PT para que as executivas municipais comunicassem às executivas estaduais quaisquer

propostas de coligações com partidos que não integrem a base aliada do governo federal. Fixada por resolução de 28 de abril passado, a data-limite exclui as cidades com mais de 200 mil eleitores, que poderão decidir sobre isso até esta quinta-feira.

Caberá, então, à Executiva Nacional se reunir e tomar a deliberação final até 26 de maio, quatro dias antes de reunião do Diretório Nacional em Brasília. Em tese, por resolução de março da Executiva, nem mesmo alianças com os figadais adversários PSDB e DEM estão previamente descartadas, mas nestes casos é pré-requisito que a coligação para outubro não tenha relação com as eleições de 2010.

O PT quer evitar, a todo custo, episódios que exponham divisões internas no partido, como foi o caso, em meados de abril, da aliança entre o prefeito Fernando Pimentel e o governador Aécio Neves (PSDB), para apoiar Márcio Lacerda (PSB) para a prefeitura de Belo Horizonte. Após a decisão, a Executiva Nacional anunciou que não autorizava, “em hipótese alguma, o PT a participar de qualquer coligação da qual faça parte o PSDB naquela capital”.

O secretário-geral do PT, deputado José Eduardo Cardozo (SP) já admitiu à imprensa que as alianças entre o partido e legendas não aliadas do governo federal serão casos excepcionais, pois “as eleições municipais têm que estar voltadas para acumular força política para 2010”.

Enquanto PMDB libera diretórios, outras siglas impõem limites

Na oposição, DEM veta acordo com PT. PSDB admite união

Aliados políticos há quase duas décadas, PSDB e DEM assumiram posturas diferentes em relação às coligações partidárias para as eleições de outubro. Os partidos podem ficar em palanques opostos no primeiro turno de muitas cidades, inclusive capitais como Salvador. O DEM decidiu vetar alianças que resultem em apoio a candidatos do PT, enquanto o PSDB admite a possibilidade. Em 2 de abril, a Executiva Nacional do DEM proibiu diretórios municipais ou estaduais de firmarem alianças em apoio a petistas, sujeitando “infratores” até à dissolução e intervenção. Para o presidente do partido, Rodrigo Maia, a decisão é importante para que o eleitor tenha clareza das posições ideológicas de cada partido.

– Somos oposição ao governo federal e o PT vê o DEM como seu principal adversário. Não dá para fazer essa política e chegar nas eleições e fazer alianças – afirmou o deputado.

O presidente do PSDB, senador Sérgio Guerra (PE), destacou que trabalha para que as distâncias entre tucanos e DEM sejam reduzidas. Porém, explica, eleições municipais têm características próprias. – A decisão é de não nacionalizar as decisões locais, respeitando a autonomia e o processo de cada estado e de cada município – justificou Sérgio Guerra, para quem a aliança para a eleição presidencial não corre riscos de ser abalada por causa das disputas pelas prefeituras.

Mais de 128 milhões de eleitores aptos a votar

O número de eleitores aptos a votar só será oficialmente anunciado entre o fim de maio e o início de junho, quando o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) concluir o levantamento. Dados mais recentes, de abril, apontam que 128.543.256 brasileiros já estavam registrados nos cartórios eleitorais.

O prazo para registro de votantes venceu quarta-feira passada e os TREs ainda processam os dados enviados pelos municípios. Enquanto isso, o calendário eleitoral reserva entre 10 e 30 de junho para que aconteçam as convenções que escolherão os candidatos de partidos e coligações (veja o quadro).

A campanha começa em 6 de julho (apenas em 19 de agosto no horário eleitoral gratuito), mas partidos e candidatos já estão preocupados com as finanças da disputa. Até 10 de junho, deve ser editada lei com os limites de gastos das campanhas. Como exemplo, a consultora jurídica do PDT, Mara Hofans, alerta para o risco de candidatos à reeleição violarem a proibição, em vigor desde 1º de janeiro passado, da doação pela administração pública para os cidadãos. Programas sociais como o Bolsa Família precisam de lei específica e dotação orçamentária iniciada no ano anterior. Sem esquecer que em ano eleitoral, ninguém pode elevar gastos com programas sociais sem justificativa.



Com diretrizes de alianças definidas pela Executiva Nacional, dirigentes estaduais

Eleitorado acompanha crescimento do país

De 1996 para 2008, o número de eleitores aptos a votar aumentou em quase 30 milhões



Faltam dois meses para o início da propaganda eleitoral nos municípios

As articulações políticas e a proximidade das convenções já começam a trazer de volta o clima eleitoral em muitas cidades brasileiras, mas a largada oficial da campanha, pelo menos para o grande público, está marcada para 6 de julho. O período de propaganda eleitoral tem início em menos de dois meses.

No dia 6 de julho, já é permitida a circulação de carros de som (das 8h às 22h) e a realização de comícios ou reuniões públicas. A diferença é que, no primeiro caso, o prazo vai até 4 de outubro. No segundo, acaba dois dias antes, a quinta-feira anterior à eleição. Todas as demais modalidades e formas de propaganda eleitoral são permitidas no mesmo período, seguindo os limites fixados pelo TSE (as normas podem ser consultadas no site www.tse.gov.br).

O horário eleitoral gratuito de rádio e TV ocorrerá, no primeiro turno, de 19 de agosto a 2 de outubro. Rádios comunitárias, emissoras de TV que operam em UHF e canais de televisão por assinatura sob responsabilidade dos poderes legislativos federal, estaduais

e municipais deverão reservar espaço na programação para a transmissão, em rede, da propaganda eleitoral.

Postulantes a prefeito e vice ocuparão o horário gratuito às segundas, quartas e sextas-feiras: das 7h às 7h30 e das 12h às 12h30, no rádio; das 13h às 13h30 e das 20h30 às 21h, na TV. Já os candidatos a vereador ocuparão

a rede às terças, quintas-feiras e sábados, nos mesmos horários.

Não por coincidência, na véspera da abertura da campanha (5 de julho) encerra o prazo para nomeações ou demissões de servidores públicos, transferências federais voluntárias de recursos para os municípios ou propaganda governamental (com exceções definidas em lei).

A campanha começa também um dia depois do prazo-limite para que partidos ou coligações peçam registro de seus candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador junto à Justiça Eleitoral. Caso os partidos políticos ou coligações não os tenham requerido, os candidatos têm até o dia 7 (terça-feira) para requerer seus registros perante os cartórios eleitorais.

No primeiro turno, horário eleitoral vai de 19 de agosto a 2 de outubro

articulações para definir candidatos e alianças em 26 capitais. Desincompatibilizações de prefeitos, por exemplo, já começaram



JOKA MADRUGA/FLICKR

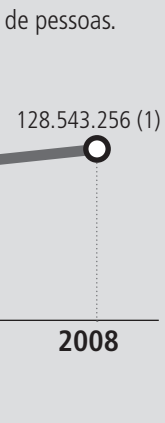
ais do PT reúnem-se em Curitiba para discutir eleições internas e as eleições de 2008 e organizar as convenções

Quase 400 mil buscam mandato

Pela legislação, cada partido, se concorrer sozinho, pode apresentar candidatos em até uma vez e meia o número de vagas em disputa para vereadores; no caso de coligações, no máximo o dobro. Para prefeito e vice, em ambos os casos, só é permitida uma candidatura.

Item	1996	2000	2004
Municípios	5.377	5.559	5.562
Vagas prefeito/vice	10.754	11.118	11.124
Candidatos	30.640	30.070	(1) 31.483
Vagas vereadores	58.627	60.317	51.842
Candidatos	305.873	367.812	346.419
Total de vagas	69.381	71.435	62.966
Total de candidatos	336.513	336.513	377.902

(1) O número ímpar se deve a chapas incompletas de prefeito-vice. Os números são oficiais do TSE.



Coligações proporcionais têm muitos adversários

Está para ser incluída na pauta do Senado a proposta de emenda à Constituição (PEC 29/07) do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) que só permite coligações partidárias nas eleições majoritárias (presidente, governador, prefeito e senador). Já aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a votação em Plenário precisa de consenso entre o presidente da Casa, Garibaldi Alves, e os líderes. Contra a possibilidade de coligações nas eleições proporcionais (deputados e vereadores), estão senadores, como o presidente da CCJ, Marco Maciel (DEM-PE). Na sua visão, essas coligações “retiram a nitidez dos partidos políticos”. Já o senador Neuto de Conto (PMDB-SC) também quer proibir, mas por meio de um projeto de lei (PLS 301/07), as atuais coligações para eleições proporcionais. Ele vê duas vantagens no fim dessas alianças: tornar mais claro o quadro político e impedir a sobrevivência de partidos pequenos. “As coligações sujeitam o governo a crises pela dificuldade de manter uma base de apoio estável. O quadro de fragilidade partidária torna difícil a formulação e a execução de projetos de longo prazo”, explica De Conto.

Reeleição pode ser tentada sem renúncia ao cargo

Venceu em abril passado o prazo para desincompatibilização. Ou seja, seis meses antes da votação, ocupantes de cargos executivos eletivos que tentem outros mandatos devem deixar os seus cargos.

Assim como para presidente da República e governador, a legislação assegura que prefeitos e vice-prefeitos disputem a reeleição sem renunciar aos cargos. Já os chefes dos Executivos municipais, ou seus vices, que pretendem disputar uma cadeira de vereador foram obrigados a se desincompatibilizar no dia 3 de abril.

O mesmo valeu para governadores ou vice-governadores que desejavam disputar prefeituras este ano. Dos ocupantes de cargos eletivos, o caso curioso previsto nas resoluções do TSE diz respeito aos presidentes do Senado, da Câmara e da Assembleia Legislativa. Caso queiram tentar uma cadeira de prefeito,

não precisam deixar os cargos, mas não podem substituir o titular do Executivo nos seis meses anteriores ao pleito.

Assim, hipoteticamente, se o presidente da Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), pretendesse disputar a prefeitura de São Paulo, não poderia assumir a Presidência

da República por motivo de viagem do presidente Lula no caso de impedimento do vice José Alencar, sob pena de se tornar inelegível.

Em relação aos candidatos a prefeito, vice ou vereador que atualmente ocupem cargos não eletivos, os prazos de desincompatibilização são menores. Pode ser de três meses, como para um servidor público, empregado de empresa pública e sociedade de economia mista ou diretor de escola pública, ou de quatro meses, para dirigentes de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista ou fundações.

Prefeitos e vice-prefeitos candidatos a outro cargo têm que renunciar

Contagem regressiva

10 de junho

Passa a ser permitida a realização de convenções para definir coligações e candidatos (até 30 de junho). Lei deverá fixar, até essa data, o limite dos gastos de campanha.

5 de julho

Último dia para partidos e coligações apresentarem no cartório eleitoral os requerimentos de registro de candidatos. Data final também para os conselhos de contas disponibilizarem para a Justiça Eleitoral a relação daqueles que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas devido a irregularidades.

6 de julho

Liberação de propaganda eleitoral, realização de comícios e utilização de aparelhagem de som.

14 de julho

Último dia para os partidos políticos constituírem comitês financeiros.

6 de agosto

Data em que os partidos, coligações e candidatos são obrigados a discriminar os recursos recebidos para financiamento de campanha, além dos gastos realizados.

16 de agosto

Todos os pedidos de registro de candidatos, mesmo os impugnados, devem estar julgados pelo juiz eleitoral até esta data.

19 de agosto

Início da propaganda eleitoral no rádio e na TV.

6 de setembro

Nova publicação na internet dos recursos recebidos para financiamento de campanha.

20 de setembro

A partir desta data, nenhum candidato poderá ser preso, salvo em flagrante.

30 de setembro

Data a partir da qual nenhum eleitor poderá ser preso, salvo em flagrante ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável ou por desrespeito a salvo-conduto.

2 de outubro

Último dia da propaganda no rádio e na TV, e para a realização de comícios, reuniões públicas e debates.

3 de outubro

Último dia para a divulgação paga, na imprensa escrita, de propaganda eleitoral e para a propaganda em páginas institucionais na internet.

4 de outubro

Fim da propaganda mediante alto-falantes ou amplificadores de som e para a carreta e distribuição de material de propaganda política.

5 de outubro

Eleição para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores.

26 de outubro

Segundo turno nos municípios com mais de 200 mil eleitores em que nenhum candidato a prefeito tenha alcançado a metade dos votos mais um, não computados os nulos e em branco.

Números

Dos 27 partidos com representação junto ao TSE em 2004, apenas oito conseguiram eleger prefeitos nas capitais.

Dessas 26 cidades, 11 elegeram seus prefeitos já no 1º turno.

Em 2004, 44 de 68 municípios aptos realizaram 2º turno para escolha de prefeitos.

Seis prefeitos de capitais conseguiram se reeleger em 2004 e, portanto, não podem concorrer novamente ao mesmo cargo nas eleições deste ano.

De todas as capitais que participam das eleições de 2008, apenas três (Rio Branco, Boa Vista e Palmas) não poderão realizar 2º turno por não terem o número mínimo de 200 mil eleitores, previsto na Constituição federal.

430 prefeitos eleitos em 2004 trocaram de partido até outubro do ano passado, o que representa 7,7% do total.

Desses, 155 fizeram a mudança após a data estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para o início da fidelidade partidária nos casos de deputados e vereadores (27 de março de 2008).

A Justiça Eleitoral cassou, até março passado, pelo menos 254 dos 5.562 prefeitos eleitos em 2004 – 4,5% do total. As razões principais para a perda de mandato são o abuso do poder econômico, compra de votos e abuso de autoridade.

O caso mais absurdo ocorre em Caldas Novas (GO), onde a Justiça Eleitoral cassou quatro prefeitos em apenas três anos.

Os prefeitos eleitos

Partido	2000	2004
PMDB	1.257	1.057
DEM	1.028	790
PSDB	990	872
PP (1)	618	552
PTB	398	425
PDT	288	305
PL	234	381
PT	187	411
PPS	166	306
PSB	133	176
PSD	111	0
PSC	33	25
PSL	26	25
PRP	16	37
PST	16	0
PMN	14	31
PV	13	56
PSDC	8	13
PHS	6	26
PT do B	6	23
PRTB	4	12
PRN	3	0
PTN	2	5
PAN	1	1
PC do B	1	10
PRONA	--	7
PTC	--	16
TOTAL	5.559	5.562

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)
(1) O PPB (Partido Progressista Brasileiro) mudou sua sigla para PP (Partido Progressista) em 2003.

COMISSÕES

Garibaldi quer ouvir quem vazou dossiê

Os dois servidores envolvidos na divulgação de informações sigilosas sobre gastos do governo Fernando Henrique Cardoso devem ser chamados a dar explicações na CPI Mista dos Cartões Corporativos. A opinião é do presidente do Senado, Garibaldi Alves, para quem a descoberta dos envolvidos – José Aparecido Nunes Pires, funcionário da Casa Civil (aliado do ex-ministro José Dirceu) que teria vazado as informações para André Fernandes, assessor do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) – é um fato novo, “que precisa ser apurado. Pela CPI que está aí [CPI Mista dos Cartões Corporativos], ou até mesmo pela Polícia Federal, por delegação da CPI ou

mesmo por iniciativa do próprio governo”, declarou.

Na quinta-feira, Garibaldi deu entrevista em que considerou que o depoimento da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), teria praticamente encerrado os trabalhos da CPI. Mas na sexta-feira, confrontado pelos jornalistas, lembrou que de fato previu o fim da comissão, salvo se um fato novo a ressuscitasse, como parece ter acontecido.

– Eu não acho a situação delicada, ainda. Acho que é um fato que precisa ser apurado. A delicadeza vem depois do apurado.

Para o presidente do Senado, os dois funcionários devem ser cha-

mados a prestar esclarecimentos.

– Deve-se começar por aí. Tanto o do Palácio quanto o do Senado, claro. Isso é absolutamente ilegal e irregular, mas não se pode responsabilizar ninguém antes da apuração – disse o senador.

A revelação de que houve vazamento de dentro da Casa Civil, por sua vez, não permite afirmar que, ao falar aos senadores, Dilma Rousseff tenha mentido – ao admitir a existência de um banco de dados, mas não de um dossiê.

– Eu não tenho na conta de mentirosa a ministra Dilma Rousseff. Não culpo a ministra, que falou até quando era obrigada a mentir. Tem que se apurar o fato com isenção e rigor e saber quem mentiu, quem vazou.

“Fui mal interpretado”, afirma José Agripino

O líder do DEM, José Agripino (RN), comentou em Plenário que a forma como suas perguntas a Dilma Rousseff repercutiram na imprensa mostra que ele foi mal interpretado.

– Deixei clara a minha solidariedade por ela ter sido presa e torturada durante o regime que eu combati. (...) Com o meu gesto, garantiu-se a vitória de Tancredo. Depois de mim, vies-

ram todos os outros – afirmou.

Agripino referia-se ao momento em que rompeu com seu partido, o PDS, no início da década de 1980, quando era governador do Rio Grande do Norte.

– Eu disse o que disse com a autoridade de quem se move contra o regime de exceção. Paguei um preço alto por me posicionar, mas abri perspectivas para que a democracia brasileira se consolidasse – sustentou.

Demostenes Torres (DEM-GO), por sua vez, retratou-se de “comentário leviano”, reproduzido pelo jornal *O Globo*, em que desqualificou o questionamento feito por Agripino à ministra. Já Tião Viana (PT-AC) observou que “um confronto aparentemente desfavorável” não diminuiria a estatura de Agripino na vida pública.



Agripino lembra que rompeu com o PDS no início de 1980, quando era governador de seu estado

Paim defende Tarso Genro e Dilma Rousseff

Os ministros Tarso Genro, da Justiça, e Dilma Rousseff, da Casa Civil, foram defendidos em Plenário pelo senador Paulo Paim (PT-RS). As ações do governo patrocinadas pelo ministro da Justiça na reserva indígena Raposa Serra do Sol são elogiáveis, assim como a participação da ministra em debate com os senadores, ocorrido na quarta-feira.

Paim também cumprimentou os senadores gaúchos Sérgio Zambiasi (PTB) e Pedro Simon (PMDB) e a senadora catarinense Ideli Salvatti (PT) por reunião com o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima. O encontro resultou na liberação de cerca de R\$ 100 milhões para atender às vítimas do ciclone que se abateu sobre os dois estados.

O senador destacou ainda, entre outros eventos de comemoração dos 120 anos da abolição da escravidão, a publicação de encarte especial do *Jornal do Senado* desta segunda.



A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, afirmou que houve vazamento de informações sigilosas da Casa

Mentir sob tortura não é fácil, diz Dilma

Ao depor na Comissão de Infra-Estrutura (CI) na quarta-feira, a ministra Dilma Rousseff afirmou que houve vazamento de informações sigilosas da Casa Civil sobre gastos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Ela aceitou responder questionamentos sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Segundo Dilma, as informações vazadas para a imprensa fazem parte de um banco de dados da Casa Civil elaborado a pedido do Tribunal de Contas da União (TCU) para facilitar a fiscalização de gastos com suprimentos de fundos (cartões corporativos e contas tipo B).

– Foram vazadas informações privativas da Casa Civil.

Uma comissão de sindicância da Casa Civil e a Polícia Federal estão investigando quem vazou. Posto que não há dossiê, temos que investigar quem vazou essas informações que são uma prerrogativa da Casa Civil – afirmou.

Quando o senador José Agripino (RN), líder do Democratas, lembrou que a ministra disse em uma entrevista que “mentia adoidado” nos interrogatórios realizados durante a ditadura militar, Dilma declarou que “mentir sob tortura não é fácil, porque agüentar a tortura não é fácil”.

– Isso faz parte de minha biografia e tenho orgulho disso – ressaltou Dilma, acrescentando que mentir foi necessário para salvar a vida de amigos e a sua própria, quando, aos 19 anos, ela foi presa e torturada pelos militares.

Para Mão Santa, Dilma saiu-se muito mal no depoimento

“A ministra gaguejou. Não soube soletrar palavra que qualquer Mobral sabe – monitorar. Ela saiu-se tão mal que se perdeu.” Assim o senador Mão Santa (PMDB-PI) avaliou o depoimento da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, na Comissão de Infra-Estrutura.

De acordo com Mão Santa, Dilma mentiu despreocupadamente. Os senadores, por sua vez, mostraram que as obras previstas no PAC nunca saíram do papel, como Heráclito Fortes (DEM-PI).

O parlamentar do Piauí cobrou do governo a conclusão das mais de 30 obras que estão paradas em seu estado e as mais de 500 em todo o país que se encontram na mesma situação.

Heráclito aponta “fogo amigo” em vazamento

Negar a existência de um dossiê sobre gastos do governo Fernando Henrique é mentir, principalmente depois da revelação de que os dados teriam sido divulgados por funcionário da Casa Civil, afirmou Heráclito Fortes (DEM-PI) na sexta-feira.

A identificação dos envolvidos, segundo o senador, levanta a questão de saber os motivos que levaram o funcionário a vazarem os dados.

À primeira vista, Heráclito comentou que o fato indica tratar-se de guerra interna no Partido dos Trabalhadores. O vazamento teria resultado de “fogo amigo e o governo tem que procurar o responsável pelo lança-chamas”.

Arthur Virgílio: elaboração de dossiê é crime

Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse considerar que houve crime de abuso de poder na feitura de suposto dossiê contendo informações sobre gastos com cartões do governo Fernando Henrique Cardoso.

– Eles pegaram do banco de dados de suprimento de fundos da Presidência da República, dados da dona Ruth Cardoso, e a partir daí compuseram um criminoso dossiê, composto na Casa Civil e que vazou de lá – afirmou Arthur Virgílio.

Por isso, acrescentou ele, há necessidade de convocação da ministra para depor na Comissão de Constituição e Justiça, de acordo com requerimento de sua autoria que aguarda votação pelo colegiado.

Mário Couto quer explicações de servidor

Em seu primeiro pronunciamento como líder do Bloco da Minoria no Senado, Mário Couto (PSDB-PA) defendeu, na sexta-feira, o comparecimento do secretário de Controle Interno da Casa Civil, José Aparecido Nunes Pires, à CPI dos Cartões Corporativos para explicar a elaboração de suposto dossiê sobre gastos do governo FHC. José Aparecido está sob suspeita de ter vazado tais informações.

Mário Couto afirmou que a ministra Dilma Rousseff mentiu em seu depoimento à Comissão de Infra-Estrutura, ao negar a existência de tal dossiê.

– Ministra, mentir ao ser torturada é perdoável; mentir numa democracia é imperdoável para uma ministra – observou.

Jucá: dossiê é assunto “encerrado no Senado”

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), avaliou, após o depoimento da ministra Dilma Rousseff aos senadores, que ela se mostrou preparada e com equilíbrio emocional e político.

Com isso, o assunto dossiê fica “encerrado no Senado”, declarou Jucá poucas horas antes da divulgação dos nomes de dois funcionários, um deles da Casa Civil, que estariam envolvidos no vazamento de dados sigilosos de gastos do governo Fernando Henrique Cardoso.

A ministra é “a maior vítima” do vazamento da Casa Civil, na opinião de Jucá, que garantiu haver todo o interesse do governo em esclarecer o assunto.

COMISSÕES



LEOPOLDO SILVA

Participantes do debate (com Paim ao centro) criticam lentidão com que o Estatuto da Igualdade Racial tramita na Câmara

Debate cobra votação de Estatuto da Igualdade

A urgência na aprovação do Estatuto da Igualdade Racial pela Câmara foi defendida por todos os participantes de debate realizado na quinta-feira pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Aprovado pelos senadores em 2005, o projeto ainda precisa ser votado pelos deputados.

Na opinião do professor Carlos Alves Moura, secretário-executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a demora no exame da proposta priva a população negra de direitos básicos.

– Por mais lento que seja o processo legislativo, não há justificativa para que a concretização das leis anti-racismo caminhe com tamanha lentidão, a não ser a intolerância dos dominantes – afirmou.

CDH discute o sistema de cotas e políticas de inserção

A adequação das escolas à cultura afro-brasileira e a inserção do negro no sistema educacional foi tema de debate na CDH. A comissão ouviu professores, especialistas em educação, representantes do Ministério da Educação e estudantes sobre a aplicação das políticas estabelecidas na Lei 10.639/03, como o sistema de cotas.

O representante da Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, professor Giovanni Harvey, questionou o fato de o país precisar do Estado para garantir oportunidades aos negros,

A discussão na CDH faz parte de um ciclo de debates sobre a situação da população negra, em comemoração dos 120 anos da Abolição da Escravatura, celebrados nesta terça-feira. O relator na Câmara, deputado Antonio Roberto (PV-MG), manifestou seu empenho na rápida votação da proposta. Paulo Paim (PT-RS), autor do estatuto, espera a sanção da lei ainda este ano.

O ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Sepir), Edson Santos, por sua vez, destacou que o Brasil vive hoje um processo de afirmação das minorias. A própria criação da Sepir revela o reconhecimento pelo governo brasileiro da existência da desigualdade no país e o compromisso de articular políticas públicas que visem a promoção da igualdade, disse.

quando isso poderia acontecer com a absorção gradual da cultura africana miscigenada no território nacional.

A professora Maria José Rocha Lima, especializada em história da África, ressaltou que a Lei 10.630 deverá levar a sociedade brasileira a promover uma “nova abolição da escravidão”, a partir do ensino da cultura africana nas escolas.

Também participaram do debate o professor da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares (UniPalmares) Celso Prudente e a especialista em gestão de educação Renísia Garcia.

Projetos que reduzem desigualdades recebem apoio dos senadores

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), fez um apelo aos parlamentares para que se empenhem na aprovação de projetos que tratam dos direitos da população negra e que tramitam no Senado e na Câmara, a exemplo do Estatuto da Igualdade Racial (PLS 213/03), da PEC 02/06, que institui o Fundo de Promoção da Igualdade Racial, e do PL 73/99, da deputada Nice Lobão (DEM-MA), sobre o sistema de cotas para negros no ingresso nas universidades.

Romeu Tuma (PTB-SP) lamentou o fato de serem necessárias

“tantas leis para que as pessoas sejam consideradas iguais”. Patrícia Saboya (PDT-CE) lembrou que a apuração de denúncias feitas à CPI da Exploração Sexual mostrou que 90% das crianças vítimas de abuso sexual são negras, enquanto Cristocam Buarque (PDT-DF) defendeu as cotas para negros nas universidades. Também participaram dos debates os senadores José Nery (PSOL-PA), Eduardo Suplicy (PT-SP), Virgínio de Carvalho (PSC-SE), Gilberto Goellner (DEM-MT), César Borges (PR-BA) e Wellington Salgado (PMDB-MG).

General Heleno falará à CRE sobre reservas

O comandante militar da Amazônia, general Augusto Heleno, será convidado a detalhar à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) a sua posição crítica a respeito da demarcação de 1,7 milhão de hectares de terras indígenas em Roraima, na região de fronteira. Também falará sobre a questão, provavelmente em data diferente, o ministro da Defesa, Nelson Jobim.

Os convites foram propostos, respectivamente, pelos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Durante palestra realizada em abril no Clube Militar, no Rio de Janeiro, o general Augusto Heleno fez duras críticas à política indigenista brasileira, que classificou de “lamentável, para não dizer caótica”. O evento ocorreu em momento de grande tensão na fronteira, em virtude da resistência de produtores de arroz de Roraima em se retirar de suas terras em reserva indígena.

– Temos que entrar nessa matéria sem paixão, mas com profundidade. Por um lado, sou um grande defensor dos índios. Mas, por outro, tenho uma dúvida a respeito da localização da reserva em área de fronteira – disse Pedro Simon (PMDB-RS). Fernando Collor (PTB-AL) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN) também apoiaram o convite a Heleno.

Três outros requerimentos foram aprovados pela CRE. No primeiro,

Heráclito Fortes (DEM-PI), que preside a CRE, solicita debate com o ministro Marcos Villaça, do Tribunal de Contas da União (TCU), sobre a possibilidade de revisão das tarifas pagas pelo Brasil pela utilização da energia produzida pela hidrelétrica de Itaipu.

Outro requerimento de João Tenório (PSDB-AL) sugere audiência pública sobre questionamentos internacionais ao programa brasileiro de biocombustíveis. O terceiro requerimento, de Fernando Collor, é de voto de louvor pelos 200 anos do Corpo de Fuzileiros Navais.

Aprovadas indicações de três embaixadores

A CRE também aprovou as indi-

cações presidenciais de três novos embaixadores brasileiros. Carlos Antonio da Rocha Paranhos, atual embaixador na Rússia, acumulará a mesma função nas vizinhas repúblicas da Geórgia e do Uzbequistão. Raul de Taunay, que já ocupa o posto no Zimbábue, também representará o Brasil no Malauí.

O terceiro indicado, João Batista Cruz, será o primeiro embaixador brasileiro em Santa Lúcia, pequena ilha que abriga a sede da Organização dos Estados do Caribe Oriental (Oeco). Cruz pretende desenvolver um amplo trabalho de aproximação com os países que integram a Oeco – Antígua e Barbuda, Dominica, São Cristóvão e Névis, Granada e São Vicente e Granadinas.



ANTÔNIO CRUZ/ABR

Comandante militar da Amazônia, o general Augusto Heleno disse, em abril, que a política indigenista brasileira é “caótica”

Índios podem ter 5% das vagas em concursos

A reserva de 5% das vagas em concursos públicos para indígenas foi aprovada pela Comissão de Educação (CE). A iniciativa, de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), altera o Estatuto do Índio (Lei 6.001/73) e segue para decisão terminativa da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O projeto abrange concursos federais, estaduais e municipais. Emenda de Augusto Botelho (PT-RR), também aprovada, estabelece que o percentual de 5% seja proporcional ao tamanho da população em cada

localidade, segundo o último censo do IBGE.

De acordo com o censo demográfico de 2000, citado por Augusto, existem mais de 730 mil indígenas em todo o país. Mozarildo observou que o índio brasileiro está se aculturando, mas não vem ocupando posições de destaque na sociedade.

A reserva de vagas para trabalhadores indígenas em concursos públicos, prevista no projeto, foi defendida pelo representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasi-

leira (Coiab) Gersen Baniua, em debate realizado, em fevereiro, na comissão.

A subprocuradora da República Deborah Brito e a titular da Coordenação Escolar Indígena do Ministério Público Federal, Sisana Grillo, afirmaram na mesma audiência que as cotas são positivas, mas com o objetivo de fornecer aos índios oportunidades de defender sua identidade cultural e étnica. Ambas criticaram o conceito de aculturação dos índios presente na justificativa do projeto.

João Pedro pede ação mais efetiva da PF em Roraima

Para evitar a ampliação dos conflitos entre arroteiros e índios na reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, é preciso uma ação mais efetiva da Polícia Federal, cobrou em Plenário, na sexta-feira, o senador João Pedro (PT-AM). Segundo afirmou, as áreas disponíveis no estado são suficientes para compatibilizar a preservação das populações indígenas e a produção agrícola. Os arroteiros que permanecem na reserva – “empresários inescrupulosos”, disse o senador – desobedecem determinação federal de desocupação da área. Incitando à violência contra os índios, apontou João Pedro, estariam servidores públicos da região e “brasileiros que se dedicam ao agronegócio e que por meio da violência, explícita ou velada, ampliam suas plantações e criações de gado sobre terras de domínio das populações tradicionais”.

Mozarildo quer que governo decrete nova demarcação

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu que o governo, por meio de decreto, crie uma nova área demarcada, excluindo do mapa atual imóveis em faixa de fronteira, os situados em plantações de arroz irrigado, as áreas de municípios e o Parque Nacional do Monte Roraima. Ele também reiterou pedido para que o Supremo Tribunal Federal anule a Portaria 534/05, do Ministério da Justiça, que determina a demarcação da reserva.

Mozarildo afirmou ainda em Plenário que as informações de João Pedro são mentirosas. “É mentira falar que a briga na Raposa Serra do Sol é entre arroteiros e índios. São 458 famílias que moram lá há centenas de anos. Os índios que estão lá vieram do Caribe e da Guiana Inglesa, e nem por isso estamos desterrando eles”, disse. Mário Couto (PSDB-PA) manifestou seu apoio a Mozarildo.

PLENÁRIO

Simon quer CPI sobre privatização da Vale

A privatização da Companhia Vale do Rio Doce, feita no governo Fernando Henrique Cardoso, deve ser objeto de uma comissão parlamentar de inquérito, defendeu na sexta-feira o senador Pedro Simon (PMDB-RS). Ele também criticou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela “internacionalização da Amazônia” que estaria embutida na concessão da exploração de florestas por empresas privadas – como a da Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia. Simon lembrou que a estatal foi privatizada por R\$ 3,3 bilhões, enquanto em apenas cinco anos obteve um lucro líquido de R\$ 55 bilhões.

De acordo com o senador, aparentemente houve erro de avaliação econômica, que jogou para baixo o preço mínimo da empresa estipulado para a privatização. Tudo indica, disse Simon, que

Servidores vítimas do césio podem ter pensão

A aposentadoria especial concedida às vítimas do acidente nuclear com césio 137, ocorrido em setembro de 1987, em Goiânia, pode ser estendida a todos os servidores públicos, civis e militares também vitimados pelo acidente, de acordo com o texto dado pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ao projeto de lei da Câmara (PLC 27/04) que volta ao exame dos deputados. A principal modificação foi o reajuste de R\$ 319 para R\$ 750 na pensão especial concedida às vítimas do acidente.

– A aprovação desse projeto é o reconhecimento de uma luta de mais de 20 anos para pessoas que ofereceram seu suor para ajudar o próximo – disse. O projeto beneficia os cerca de cem policiais militares, do Corpo de Bombeiros e das Forças Armadas que foram os primeiros a ter atuação direta, e sem nenhum tipo de proteção, no local do acidente nuclear.

Senado aprova permissão para doação de terreno em Manaus

O Plenário do Senado aprovou, quinta-feira passada, emenda da Câmara a projeto de lei do Senado (PLS 234/03) que autoriza a União a doar porções de um terreno localizado em Manaus a pessoas que já o ocupam. A emenda aprovada suprime o parágrafo 2º da proposta, que previa prazo de 60 dias a contar da edição da lei para a efetivação das doações.

A aprovação do projeto, que vai agora à sanção presidencial,

os economistas da Merrill Lynch – responsável pela avaliação – seguiram orientação eminentemente política.

– É impossível que os economistas da Merrill Lynch sejam tão incompetentes a ponto de desconhecem a situação óbvia da projeção dos mercados – declarou. Simon ressaltou ainda que a avaliação não considerou, por exemplo, a emergência do mercado chinês de consumo do aço. Mas os dados de uma explosão de desenvolvimento na China já estavam indicados, disse.

Hoje, continuou o senador, o noticiário dá conta de que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que

Lei estadual para a criação de cartórios

A criação de novos cartórios notariais e de registro deve passar a exigir lei estadual, como determina projeto de lei da Câmara (PLC 7/05) aprovado pelo Plenário. Atualmente, é o Judiciário, por meio de atos administrativos, que permite a realização de concursos para tabelião ou notário – o responsável pelo cartório. A proposta vai à sanção presidencial.

Conforme o projeto do deputado Inocêncio Oliveira (DEM-PE), compete ao Poder Executivo dos estados e do Distrito Federal a outorga de delegação para o exercício da atividade notarial e de registro. As normas relativas ao concurso público de provimento da delegação também serão definidas em lei estadual.

Até a Constituição de 1988, os cargos de tabelião e registrador eram hereditários. Com a promulgação da Carta, passou-se a exigir concurso para o cargo.

põe fim a uma pendência de 50 anos, pois a Lei 3.419/58, que autorizava a doação do terreno, estabelecia que parte da área deveria ser reservada à União para a construção de um patronato de menores, onde haveria ambulatório e serviço de merenda escolar. Tal exigência foi retirada.

O relator na Comissão de Constituição e Justiça, senador Demostenes Torres (DEM-GO), apresentou voto favorável à aprovação da emenda.



Pedro Simon questiona também processo de concessão de créditos do BNDES para a Vale

geriu o programa de privatização, acaba de conceder um crédito no valor de R\$ 7,3 bilhões – o maior financiamento já concedido pelo BNDES – e o diretor do banco que aprovou o empréstimo foi contratado para a diretoria da Vale.

Simon afirmou que não questiona a necessidade de privatizar empresas, mas sim o processo de “propinização” da privatização.

Mais cargos para a Justiça do Trabalho

O Senado aprovou na última quarta-feira três projetos de lei da Câmara (PLC) tratando da criação e/ou transformação de cargos em comissão na Justiça do Trabalho. O primeiro deles, PLC 122/07, cria cargos de provimento efetivo, cargos em comissão e cargos em funções comissionadas no quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, no estado de Mato Grosso.

Apresentado pelo Tribunal Superior do Trabalho em 2003, o projeto prevê a criação de 23 cargos de provimento efetivo, sendo nove de analista judiciário (nível superior) e 14 de técnico judiciário (nível médio), três cargos em comissão e 32 cargos em funções comissionadas. Os PLCs 17/08 e 16/08 tratam, respectivamente, de cargos em comissão na 5ª região (Bahia) e na 12ª região (Santa Catarina).

Monumento natural no Espírito Santo

O Senado enviou à sanção do presidente da República o projeto de lei da Câmara (PLC 21/08) que determina a transformação da unidade de conservação Parque Nacional dos Pontões Capixabas em Monumento Natural dos Pontões Capixabas. A atração está localizada nos municípios de Pancas e Águia Branca, no Espírito Santo.

COMISSÕES

Cartórios deverão informar óbitos ao INSS pela internet

Os cartórios de registro civil devem passar a remeter pela internet ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) os registros mensais de óbitos, de acordo com projeto (PLS 245/07) de Renato Casagrande (PSB-ES) aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O objetivo, observa Casagrande, é garantir maior agilidade e efetividade no repasse dessas informações, já que os fraudadores de benefícios da aposentadoria aproveitam-se principalmente de deficiências no envio desses dados ao INSS. Sem informações

atualizadas, o INSS não consegue cancelar o pagamento dos benefícios.

Todos os cartórios das localidades que já disponham de internet deverão usar o meio eletrônico, com prazo de um ano para as adaptações necessárias a partir da vigência da lei. Os demais cartórios ficam obrigados a adotar o envio eletrônico assim que as localidades passarem a dispor do serviço.

O projeto será agora examinado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

Aprovada anistia de taxas de terreno de marinha

As pessoas de baixa renda podem ser anistiadas do pagamento de foros e taxas de ocupação, devidos nos últimos cinco anos, relativos a imóveis localizados em terrenos de marinha. A medida tem grande alcance social e não produz reflexos negativos importantes nos cofres públicos, argumentou o autor do projeto (PLS 161/06) aprovado na última quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador José Sarney (PMDB-AP).

Debate sobre o combate à dengue reúne especialistas

O combate à epidemia de dengue, que atingiu 121 mil pessoas e matou 103 este ano, requer a união de esforços entre União, estados e municípios. A opinião foi manifestada por Fabiano Pimenta, que representou o Ministério da Saúde em audiência da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Também participaram Victor Berbara, superintendente de Vigilância em Saúde do estado do Rio de Janeiro, e Valmi Pacheco, da Secretaria Municipal de Saúde do Rio.

Paulo Paim defende pacto para salvar fundo de pensão

Uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) discutiu na última semana a situação do fundo de pensão Portus. Paulo Paim (PT-RS), que preside a comissão, defendeu um pacto entre governo e trabalhadores dos portos brasileiros para que não seja tomada nenhuma medida em relação

do Portus em razão das dívidas, que chegam a R\$ 1,5 bilhão.

Paim sugeriu a eleição de uma comissão de representantes dos portuários de todo o país para discutir o problema com ministros e parlamentares. O senador garantiu que os ministros da Previdência Social, Luiz Marinho, e da Casa Civil, Dilma Rousseff, se comprometeram a

resolver a situação do fundo de pensão dos portuários.

Renato Casagrande (PSB-ES) defendeu que o governo salde as dívidas que as companhias docas têm com o fundo de pensão Portus.

Secretaria de Previdência Complementar pode decidir pela liquidação

ao fundo antes de o Executivo apresentar alternativas para resolver a situação. Há a previsão de que nesta quarta a Secretaria de Previdência Complementar (SPC), do Ministério da Previdência Social, decida pela liquidação

Autorizadas ZPEs na Bahia e no Espírito Santo

Duas zonas de processamento de exportação (ZPEs) – na Bahia e no leste do Espírito Santo –, além do Fundo de Desenvolvimento da Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul e do Pólo de Desenvolvimento Integrado da Fronteira Oeste daquele estado, tiveram sua criação aprovada na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR). Os dois projetos sobre as ZPEs receberão decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Comissão acolhe regras de uso de balizadores aéreos

Os responsáveis por edificações situadas em áreas próximas a aeroportos serão obrigados a instalar, operar e manter equipamentos de sinalização e balizadores aéreos conforme os planos de zona de proteção previstos no Código Brasileiro de Aeronáutica. A medida está em projeto (PLS 664/07) do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) aprovado pela Comissão de Infra-Estrutura (CI). O relator, João Tenório (PSDB-AL), citou os aeroportos de Congonhas (SP) e Ilhéus (BA).

Decisão a ser sancionada põe fim a uma pendência de 50 anos

Voz do Leitor

APOSENTADOS

“Gostaria de parabenizar o senador Romeu Tuma pelo notável e emocionante pronunciamento em Plenário, em sessão especial em homenagem ao aposentado do serviço público, bem lembrado pelos senadores. Como disse o senador Tuma, o aposentado tem muito mais para reivindicar do que comemorar, pois seus direitos foram indevidamente seqüestrados por um sistema previdenciário polêmico e complicado.”

José Newton de Aguiar, de São João da Chapada (MG)

INFRA-ESTRUTURA

“Por que a bancada nordestina não se mobiliza em prol de projetos de modernização da infra-estrutura da região, principalmente no estado do Ceará, superando os gargalos existentes nos portos, rodovias e aeroportos nessa região?”

Antônio Cleiton Brilhante Sousa, de Pentecoste (CE)

CRIMES

“O Brasil precisa adotar penalidades mais duras para crimes praticados por motivo torpe e acabar com a regalia de presos universitários.”

Márcio Cléber Amando Teles, de Terra Nova (PE)

CULTURA CONSTITUCIONAL

“Em vez de ser obrigatório ensinar música nas escolas, como determina o PLS 330/06, deveria ser obrigatório ensinar legislação e direito constitucional, para que os futuros cidadãos consigam efetivar os direitos que estão preconizados na Constituição federal. Acredito até que alguns governantes sejam contra essa proposta, acreditando que quanto maior o

número de pessoas que desconhecem os seus direitos, mais fácil será manipular a população. É necessário criar uma cultura constitucional no país.”

Lindacy Pereira de Araújo, de Canindé (CE)

DOENÇAS MENTAIS

“A classe trabalhadora que se encontra sem emprego e, portanto, sem fonte de renda, é a que mais sofre com os problemas mentais. A síndrome do pânico e a depressão ocorrem por problemas de origem genética ou por fatores como alimentação, clima, cultura e adversidades, como é o caso do desemprego. É urgente oferecer à população acesso a tratamento médico psiquiátrico com acompanhamento.”

Sérgio Augusto Dibner Maravalhas, de Curitiba (PR)

IMPUNIDADE

“Em meados da década de 50 do século passado, o coronel Euclides Figueiredo escreveu um livro contando a verdadeira história da Revolução Constitucionalista de 1932 e deixou registrado ‘que o pior veneno para a democracia é a corrupção’. Em 1988, o falecido deputado federal Ulysses Guimarães repetiu a frase, advertindo que ‘a impunidade levará à morte da democracia no Brasil’.”

Guido Chiniara Batuta, de Valinhos (SP)

TV DIGITAL

“Sugiro mais divulgação referente à implantação da tecnologia da TV digital. Por exemplo, quando, como e quais estados irão ser beneficiados com a adoção do novo sistema?”

Paulo César Correia Alves, de São Paulo (SP)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

ambiente legal

Prêmios de US\$ 100 milhões

Projetos relacionados a energia solar, água potável, biocombustíveis, residências sustentáveis e captura de carbono poderão se candidatar a prêmios que totalizarão US\$ 100 milhões, oferecidos pela X Prize Foundation. O lançamento oficial do concurso, com anúncio das regras, está previsto para setembro. A fundação se tornou mundialmente conhecida ao oferecer prêmios milionários para empresas ou indivíduos que se destacam na exploração aeroespacial.

Cresce em todo o mundo a venda de artigos com selos ambientais, que atestam terem sido produzidos respeitando direitos trabalhistas e cuidados com a natureza. A pressão dos consumidores, de ONGs e das próprias empresas está mudando a maneira como os grandes grupos conduzem seus negócios. A certificação florestal cresce a taxas de 40% ao ano, tendo alcançado 103 milhões de hectares de florestas certificadas.

Para fazer chover

Cientistas afirmam que é possível controlar e modificar o clima, fazendo chover e até reduzindo a severidade dos furacões. Reunidos em conferência internacional nos Estados Unidos, especialistas cobraram do governo a renovação do apoio às pesquisas, bastante

reduzido desde os anos 1980. Lembraram que há, em 40 países, mais de 160 projetos de alteração do clima, que podem, por exemplo, aliviar as secas na África subsaariana. A China, disseram, tem 30 mil cientistas dedicados à questão das alterações climáticas.



FLICKR

Vento do mar

Ventos que percorrem 10 metros por segundo podem gerar cinco vezes mais eletricidade do que os que sopram à metade dessa velocidade. Isso faz com que valha a pena construir parques eólicos em alto-mar, onde, em muitas partes do mundo, o vento é duas vezes mais rápido que na costa. Contudo, apenas de

300 a 400 turbinas eólicas em alto-mar foram construídas até agora, a maioria delas em águas britânicas e dinamarquesas e fixadas no fundo do mar, em regiões de água rasa, perto da costa. Um novo projeto de turbinas flutuantes permitirá colocá-las em áreas mais distantes, sem interferir na paisagem costeira.

Frases

“Me orgulho de ter mentido, mentir na tortura não é fácil. Diante da tortura, quem tem dignidade fala mentira. Agüentar tortura é difícil (...). A dor é insuportável, o senhor não imagina o quanto. Me orgulho de ter mentido porque salvei companheiros da mesma tortura e da morte”

Dilma Rousseff, em resposta ao senador Agripino Maia, que citou entrevista em que ela admitiu “ter mentido muito”.

“Acho que fui mal interpretado. (...) Ela, com esperteza política e com o uso da emoção, conseguiu se vitimizar usando um argumento que não era o da minha pergunta”

José Agripino, ao dizer que não tinha como objetivo constranger a ministra Dilma Rousseff.

“O governo está satisfeito (...). A oposição sai daqui com uma dor de cabeça, sai com uma candidata a mais no processo de disputa de 2010”

Romero Jucá, sobre o desempenho de Dilma Rousseff.

“Não adianta querer dizer que é mais do mesmo, que nós estamos seguindo à risca o que fizeram quando governaram anteriormente. Não só estamos crescendo, com distribuição [de renda], como tem algo que nos diferencia, que é o Estado atuando como indutor do crescimento”

Ideli Salvatti, afirmando que o êxito da economia não pode ser creditado ao governo anterior.

“A decisão do governo de conceder aumento para o óleo diesel e, ao mesmo tempo, preservar os preços da gasolina consumida pela classe média que tem carro é surreal”

Jefferson Péres, ao prever que o reajuste do diesel vai ser repassado aos mais pobres, inclusive com aumento no preço das passagens de ônibus.

“Se isso não é campanha eleitoral, não sei mais o que é campanha eleitoral”

Jarbas Vasconcelos, para quem os eventos de lançamento do PAC estão sendo usados “para fazer o sucessor de Lula” na Presidência.

Foto da Semana

A presença da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, na Comissão de Infra-Estrutura mobilizou as atenções políticas do Senado na última semana. Ela foi convidada a explicar o Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, mas acabou respondendo também perguntas sobre cartões corporativos, como queria a oposição. Momento marcante foi quando a ministra disse se sentir orgulhosa por ter mentido sob tortura na ditadura



JOSE CRUZ

Cala-se a voz de um dos grandes oradores do Senado

Escritor, jornalista, advogado, professor e político, Artur da Távola morreu na sexta-feira, em seu apartamento no Rio de Janeiro, aos 72 anos. Desde agosto de 2007, ele sofria de problemas cardíacos. Ex-deputado federal pelo antigo estado da Guanabara, pelo PTN, Artur da Távola foi eleito senador pelo PSDB em 1994, tendo cumprido os oito anos do mandato. Foi um dos fundadores do partido.

Paulo Alberto Monteiro de Barros – seu verdadeiro nome – foi exilado político no Chile e na Bolívia durante o regime militar pós-64. Tornou-se uma pessoa conhecida ao voltar ao Brasil e manter, por 15 anos, uma coluna no jornal *O Globo*, onde fazia análise sobre televisão. Nos últimos 18 anos, escreveu para o jornal *O Dia* as *Crônicas sobre a Vida*. Na era da internet, manteve dois blogs – em um deles (www.arturdatavola.com) ainda pode ser acessada a crônica “Papo dispersivo sobre a paixão”, datada de quinta-feira passada.

– Foi um dos grandes oradores do Senado. Quando ele começava, fazia-se o silêncio. Eram verdadeiras aulas, imperdíveis – assim se manifestou o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, ex-senador, ao comentar a morte do amigo.

No Senado, Artur da Távola foi líder do governo Fernando Henrique Cardoso. Despediu-se no dia 19 de dezembro de 2002 com um discurso de apenas 11 linhas em que afirmou que o Senado “é uma grande Casa de trabalho, cultura e patriotismo” e que saía da vida parlamentar com a mesma dignidade com que



“Quando ele começava a falar, fazia-se o silêncio”, disse Sérgio Cabral sobre Artur da Távola (foto)

entrara 42 anos antes. Disse que saía sem deixar inimigos, pois discutia idéias, e não pessoas, o que lhe permitia sempre dizer o que pensava.

Autor de 23 livros, era, além de cronista, profundo conhecedor de música, especialmente da clássica e da popular brasileira. Manteve por muitos anos programas sobre música na Rádio Senado, que o homenageou na sexta-feira passada (http://www.senado.gov.br/radio/download.asp?nom=Arquivo=0509a_tavola01.mp3). Na TV Senado, apresentava o programa *Quem tem medo de música clássica?*.

Sua vida política começou como estudante de Direito na PUC do Rio, quando participou do movimento estudantil.

Perseguido pelo regime militar, exilou-se no estrangeiro. Em 1968, voltou ao país.

Como deputado constituinte, lutou por alterações na legislação que regula a concessão de emissoras de rádio e televisão. Em 1988, juntou-se ao grupo de Fernando Henrique, Franco Montoro, Mário Covas, José Serra e outros para fundar o PSDB. No Senado, foi presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, ligada à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), distribuiu no

início da noite de sexta-feira nota oficial para manifestar pesar pela morte de Artur da Távola. “Querido amigo, talentoso jornalista, notável escritor e bravo companheiro” foram os adjetivos utilizados pelo líder do partido para referir-se a Távola.

Para Arthur Virgílio, o ex-senador deixará saudades pelos programas que apresentava na TV Senado e na Rádio Senado. “Ali estava a sua alma generosa. Ali brilhava o seu cérebro privilegiado”

TV Senado e na Rádio Senado. “Ali estava a sua alma generosa. Ali brilhava o seu cérebro privilegiado. Ali reluzia a sua sensibilidade singela”, destaca a nota assinada pelo líder do PSDB no Senado.

Na TV Senado, a música de Macaúba

O programa *Espaço Cultural*, da TV Senado, faz entrevista exclusiva com José Felipe da Silva, o Macaúba.

Ele se apresenta com Evandro Barcellos, Augusto Contreiras e Augustinho do Pandeiro, tocando o choro do Ceará e clássicos de Jacob do Bandolim. O programa vai ao ar no sábado, às 24h, e no domingo, às 14h30.

RÁDIO SENADO - Senadores e especialistas discutem os recentes desastres causados por ciclones. O debate será mostrado pelo programa *Conexão Senado* desta segunda-feira, ao meio-dia, na Rádio Senado.

FRAUDE - Uma ouvinte descobriu que uma empresa havia sido constituída em seu nome. O programa *Fique por Dentro da Lei* discute o assunto nesta terça-feira, às 8h30, na Rádio Senado.

CONSUELO - A Rádio Senado reprisa nesta quinta-feira, às 23h, o *Escala Brasileira* com a cantora Consuelo de Paula. Os ouvintes terão oportunidade de conferir *Lua branca, Na pancada do ganzá, Azulão, Moro na roça* e *Rosa amarela*, entre outras.

RENATO VASCONCELOS - O pianista Renato Vasconcelos, um dos maiores arranjadores do país, é o convidado do programa *Conversa de Música*, que a TV Senado transmite no sábado, às 14h30, e no domingo, às 19h45.

SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional
Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Música
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial – Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista -
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Música
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
16h - Música do Brasil
17h - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo
19h30 - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação

DOMINGO

6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
11h - Música do Brasil
12h - Música e informação
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam

ser transmitidas ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: NET, TVA e Video Cabo
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Tecsats (17)
UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

(55) e Manaus (57).
ANTENA PARABÓLICA
Sistema analógico: Satélite - B1
Transponder - 11 A2
Polarização: Horizontal
Frequência - 4.130 MHz
Sistema digital: Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical
Frequência - 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz
Antena - 3,6 m
PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio
Digital NTSC MPEG-2 DVB
Symbol Rate - 3,2143Ms/s
FEC - ¾

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas
ONDAS CURTAS
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG
INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player
ANTENA PARABÓLICA
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

SENADO

Sessão celebra 4º Ano Polar Internacional

O Congresso Nacional realizou na quinta-feira sessão solene para comemorar a primeira participação do Brasil no Ano Polar Internacional – um conjunto de ações científicas no Ártico e na Antártica. O programa envolve mais de 200 projetos, com milhares de cientistas de mais de 60 países que analisam uma série de tópicos nas áreas da física, da biologia e da pesquisa social.

A sessão, realizada por requerimento do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) e da deputada Maria Helena (PSB-RR) –, respectivamente presidente e vice-presidente da Frente Parlamentar Mista em Apoio ao Programa Antártico Brasileiro –, foi dedicada à me-

mória da professora Edith Susana Elizabeth Fanta, da Universidade Federal do Paraná.

Participaram da sessão pesquisadores e representantes da Marinha e dos ministérios da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente.

“Estudo da Antártica alerta para a imensa fragilidade do planeta”

Os parlamentares frisaram que a participação do Brasil no 4º Ano Polar Internacional é fruto dos bons resultados dos trabalhos científicos realizados naquele continente. Também destacaram a importância de se garantirem recursos para a continuidade desses trabalhos, fundamentais para a compreensão dos fenômenos climáticos.

– Cada gota derretida em qualquer dos pólos se reflete no futuro de toda a Humanidade. Estamos

decidindo para onde vamos quando decidimos como cuidar bem das florestas, das crianças, dos velhos, do gelo, das águas, da natureza – disse Cristovam.

Flávio Arns (PT-PR) observou que o estudo da Antártica alerta para a imensa fragilidade do planeta, enquanto as pesquisas reforçam a percepção de que “estamos todos no mesmo barco”.

César Borges (PR-BA) disse que, em visita à Antártica, pôde perceber que os cientistas e pesquisadores brasileiros “fazem bonito frente a outras nações, mesmo dispondo de menos recursos”.

Na semana passada, uma exposição no Interlegis apresentou ao público registros da atuação brasileira no continente. *O Brasil na Antártica* trouxe uma réplica da Estação Comandante Ferraz, há 25 anos no continente.



O presidente do Senado, Garibaldi Alves, considerou inquietante não saber quando poderão ser votadas as mudanças no sistema tributário brasileiro. Ele fez o comentário na manhã de sexta-feira, ao discursar na abertura de seminário sobre reforma tributária realizado pela Comunidade Virtual do Poder Legislativo (Interlegis), pelo Banco Mundial e pela Consultoria Legislativa da Casa.

– Na verdade, estamos com a reforma tributária no forno. Ela está na Câmara, sendo discutida há vários dias. E esperamos que possa ser votada logo no Senado, mas a pergunta é: quando? – questionou.

De acordo com Garibaldi, se a Câmara for rápida no exame da proposta de reforma enviada pelo governo, ainda este ano o texto poderá ser votado no Senado. Ele lembrou que a Casa já estudou exaustivamente o assunto, no âmbito da Subcomissão Temporária de Reforma Tributária, iniciativa de Tasso Jereissati (PSDB-CE) que resultou em um texto de Francisco Dornelles (PP-RJ).

Dornelles declarou durante o evento que “o problema base do sistema tributário brasileiro é que os mais pobres pagam muito imposto, não sabem que pagam tanto e, por isso, não reclamam, enquanto os mais ricos recolhem os impostos suportados pelos mais pobres, pensam que pagam muito e reclamam”.

Municípios correm risco de ser extintos

Representações de entidades que trabalham pela emancipação de municípios entregaram na quinta-feira ao presidente Garibaldi Alves 200 mil assinaturas, colhidas em todo o país, a favor da aprovação da proposta de emenda à Constituição do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que devolve aos estados a competência para legislar sobre a criação e emancipação de municípios (PEC 13/03).

Os representantes das entidades disseram ao presidente do

Senado que, se a proposta não for imediatamente aprovada, muitos municípios já criados deixarão de existir, em razão de ação direta de inconstitucionalidade aceita pelo Supremo Tribunal Federal, que deu prazo de 24 meses para a matéria ser regulamentada. Segundo alegou o presidente da Associação Gaúcha de Áreas Emancipandas, Ederaldo de Araújo, muitos municípios dispõem de apenas seis meses até o fim desse prazo.

POLÍTICA INDUSTRIAL -

Convidado pelo presidente Lula para participar, nesta segunda-feira, do lançamento do projeto de política industrial, Garibaldi Alves destacou que essa iniciativa prescinde da edição de medida provisória, podendo perfeitamente ser votada via projeto de lei. O presidente do Senado explicou que, se o presidente da República optar por um projeto de lei, a matéria tramitará com a mesma celeridade de uma MP.

HOMENAGEM -

O presidente do Senado foi homenageado na quarta-feira pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). O presidente da entidade, Daniel Slaviero, pediu a reativação do Conselho de Comunicação Social do Congresso, que não se reúne há um ano. Garibaldi Alves informou já ter tomado providências nesse sentido, tendo pedido ao presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, a indicação dos nomes que aquela Casa tem a prerrogativa de fazer.



Uma réplica da Estação Comandante Ferraz, há 25 anos na Antártica, foi apresentada na exposição

Senado anuncia concurso com até 150 vagas

Após participar de reunião da Comissão Diretora do Senado, o presidente Garibaldi Alves anunciou a realização de concurso público para consultores e analistas legislativos de vários setores, inclusive de Comunicação Social. Serão oferecidas de 125 a 150 vagas, e segundo Garibaldi agora falta apenas o Senado analisar a disponibilidade financeira da Casa para o lançamento do edital, ainda em 2008.

A idéia do concurso foi apresentada pelo próprio presidente e acatada por todos os membros

da Comissão Diretora. Foi decidido então que o diretor-geral do Senado, Agaciél Maia, apresentará na próxima reunião o detalhamento das normas que devem orientar o concurso. Na entrevista aos jornalistas, Garibaldi argumentou que vários setores da Casa se ressentem da falta de pessoal.

Ele se referiu especialmente à Secretaria Geral da Mesa, que precisa de analistas legislativos para várias áreas de atuação. Indagado se não receia que o Ministério Público interfira no processo seletivo, como aconte-

ceu em concurso recentemente realizado pela Câmara, o presidente do Senado respondeu que a instituição tem meios de garantir a completa lisura da seleção.

Garibaldi também informou que na próxima reunião da Mesa diretora será tomada uma decisão sobre o projeto que modifica as regras de funcionamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. O relator da proposta, César Borges (PR-BA), decidiu fazer pequenos reparos a seu parecer, a fim de adequá-lo à Resolução 1/08.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papatéo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro
Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves
Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Valter Gonçalves Júnior.
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaina Araújo, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e

Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br/jornal

E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Derrame? O melhor é prevenir!

Segundo os médicos, o derrame, nome popular do acidente vascular cerebral (AVC), está entre as três causas de morte mais frequentes no Brasil, atrás apenas do infarto e do trauma resultante de acidentes e violência. Cerca de 70% dos casos de AVC ocorrem nas pessoas maiores de 65 anos, numa

proporção ligeiramente maior entre os homens, e duas vezes maior nos negros. Aproximadamente 30% das vítimas morrem, sobretudo se idosos. Outras 30% ficam com seqüelas graves. As demais têm pouca ou nenhuma seqüela. Nesta edição, saiba mais sobre o derrame e como preveni-lo.

AVC causa morte de células nervosas no cérebro

O cérebro é dividido em várias partes, cada uma com uma função específica, como o controle das sensações, da fala, visão, memória, equilíbrio e coordenação motora. Seu bom funcionamento é garantido pelo oxigênio e pelos nutrientes levados pelo sangue que circula nas artérias. Caso isso não ocorra, tem-se um AVC, que pode ser de dois tipos:

Isquêmico ou infarto cerebral - responde por 80% dos casos de AVC e ocorre quando o sangue deixa de circular numa área do cérebro porque uma ou mais artérias estão obstruídas. Isso pode acontecer devido a uma trombose (formação de pla-

cas de gordura numa artéria do cérebro) ou embolia (quando um coágulo ou uma placa de gordura se solta de outra parte do corpo e, pela rede sanguínea, chega aos vasos cerebrais).

Hemorrágico - é um sangramento provocado pelo rompimento de um aneurisma, em razão de hipertensão arterial, problemas na coagulação do sangue ou traumatismos. Mais grave, essa forma de AVC é frequente em jovens.

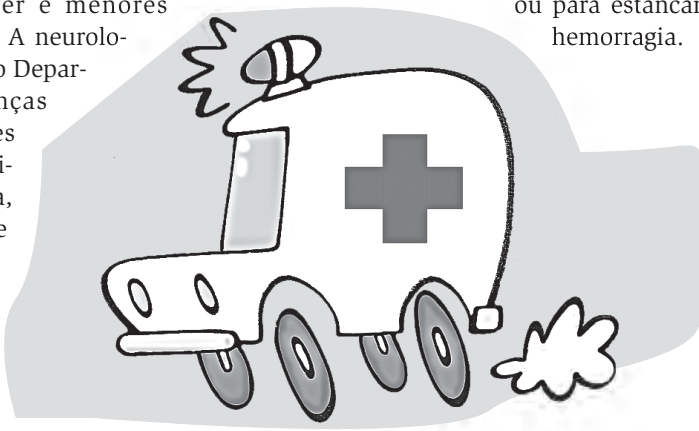
Nos dois casos, o AVC causa a morte das células nervosas da área do cérebro afetada, comprometendo as funções executadas por essa área.

Socorro imediato diminui seqüelas

A pessoa com suspeita de derrame deve ser levada imediatamente a um hospital com estrutura para atender esse tipo de emergência. Quanto mais cedo for aplicada a medicação, mais chance o paciente terá de sobreviver e menores serão as seqüelas. A neurologista Elza Tosta, do Departamento de Doenças Cérebro-vasculares da Associação Brasileira de Neurologia, alerta: "o paciente deve ser atendido em hospital com capacidade para reconhecer e tratar o AVC em até três horas.

Depois disso, já não é possível reduzir as conseqüências do acidente".

Hoje já há medicação para o derrame cerebral e em algumas situações é preciso fazer cirurgia para desobstruir a artéria ou para estancar a hemorragia.



Sintomas dependem da área afetada

Os sintomas do AVC dependem da parte do cérebro que foi lesada. Mas alguns são mais comuns:

- ✓ dor de cabeça forte e repentina, em geral acompanhada de vômito
- ✓ náusea, dificuldade para engolir e/ou perda de consciência (desmaio)
- ✓ perda repentina de movimentos
- ✓ alteração da visão, como perda da visão em um olho
- ✓ dificuldade de falar, fala enrolada
- ✓ dificuldade em compreender o que é

dito

- ✓ tontura, perda de equilíbrio
- ✓ formigamento ou fraqueza em partes ou em um dos lados do corpo
- ✓ problemas de memória
- ✓ falta de sensibilidade em um dos lados do rosto ou do corpo

Algumas vezes, esses sintomas podem ser transitórios, como "pequenos derrames", que também exigem cuidados médicos imediatos, já que podem aparecer antes de um derrame maciço.

Conseqüências podem ser irreversíveis

O AVC é uma doença séria e pode causar seqüelas irreversíveis, principalmente se a pessoa não for atendida rapidamente. As conseqüências dependem da área do cérebro afetada, do tamanho da lesão e do tempo que a pessoa levou para ser atendida. As seqüelas mais comuns são paralisia total ou parcial (de um lado do corpo, esquerdo ou direito), dificuldades para falar e/ou compreender o que é dito, e problemas visuais e de memória.

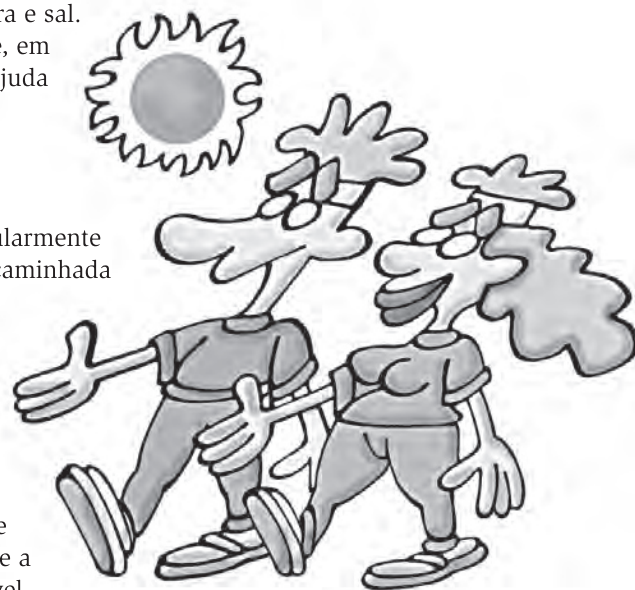
Passado o acidente, começa a segunda fase do tratamento, a reabilitação. Baseada na capacidade do cérebro de

atribuir a outras células nervosas as funções das células destruídas pelo AVC, a reabilitação pode exigir uma equipe composta por enfermeiros especializados, fonoaudiólogos, fisioterapeutas e outros profissionais de saúde, dependendo do tipo de problema que o derrame tiver causado. Cabe ao neurologista recomendar o melhor tratamento.

Em todos os casos, a reabilitação exige paciência e força de vontade, tanto da vítima do AVC quanto do seu cuidador, que exerce papel extremamente importante durante o processo.

Para evitar, só vida saudável

- ✓ Controle a pressão arterial e o nível de açúcar no sangue (especialmente se for diabético) - vá ao médico e faça exames regularmente.
- ✓ Esforce-se para manter o índice de colesterol total abaixo de 200.
- ✓ Adote uma dieta equilibrada, reduzindo a quantidade de açúcar, gordura e sal.
- ✓ Fique atento ao seu peso e, em caso de sobrepeso, procure ajuda para resolver o problema.
- ✓ Não abuse de bebidas alcoólicas.
- ✓ Não fume ou use drogas.
- ✓ Faça exercícios físicos regularmente (pelo menos 30 minutos de caminhada diária em ritmo acelerado).
- ✓ Informe seu médico se em sua família houver casos de doenças cardíacas ou neurológicas como o AVC.
- ✓ Descubra a sua maneira de aliviar o estresse e dedique-se a mantê-lo o mais baixo possível.



Atenção para os fatores de risco

O derrame isquêmico é mais frequente nas pessoas acima de 55 anos, e o risco aumenta a cada década de vida após essa idade. Alguns fatores fazem com que as artérias, que são vasos sanguíneos com parede elástica e superfície interna limpa e macia, fiquem obstruídas, podendo provocar também os ataques do coração:

- abuso do álcool e uso de drogas
- diabetes
- estresse
- excesso de peso
- hipertensão arterial (pressão alta)
- histórico familiar
- taxas de colesterol e triglicérides altas
- vida sedentária
- doenças cardíacas e dos vasos sanguíneos, como a doença de Chagas
- fumo - a fumaça do cigarro contém nicotina (que estimula o coração a bater mais rapidamente) e monóxido de carbono (que impede o coração de obter oxigênio). Esse desequilíbrio

prejudica as artérias e a qualidade do sangue bombeado do coração para o resto do corpo, provocando doenças cardíacas e predispondo ao derrame.

Já no AVC hemorrágico, mais grave e com incidência maior em jovens, os principais vilões são os traumas provocados por atividades de lazer e esportivas, os acidentes, a pressão alta, as cardiopatias congênitas (pessoa que nasce com doença do coração), as doenças que interferem na coagulação do sangue e, eventualmente, a presença de aneurisma cerebral (dilatação das paredes de artérias ou veias), que também é congênito.

Um estudo feito pela International Stroke Society revelou que cerca de 15% dos pacientes que tiveram um AVC poderão falecer ou ser hospitalizados em razão de novo problema nas artérias, como infarto ou um novo AVC, num período de um ano. Por isso é muito importante seguir as orientações médicas e manter o sistema cardiovascular em dia.



Saiba mais

Academia Brasileira de Neurologia
Rua Capitão Cavalcanti, 327 - Vila Mariana
São Paulo (SP)
CEP 04017-000
(11) 5084-9463
www.cadastro.abneuro.org/site/publico_avc.asp

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Cidade Universitária Zeferino Vaz
Campinas (SP) - CEP 13083-970
www.unicamp.br

Saúde e Vida On Line
www.saudevidaonline.com.br